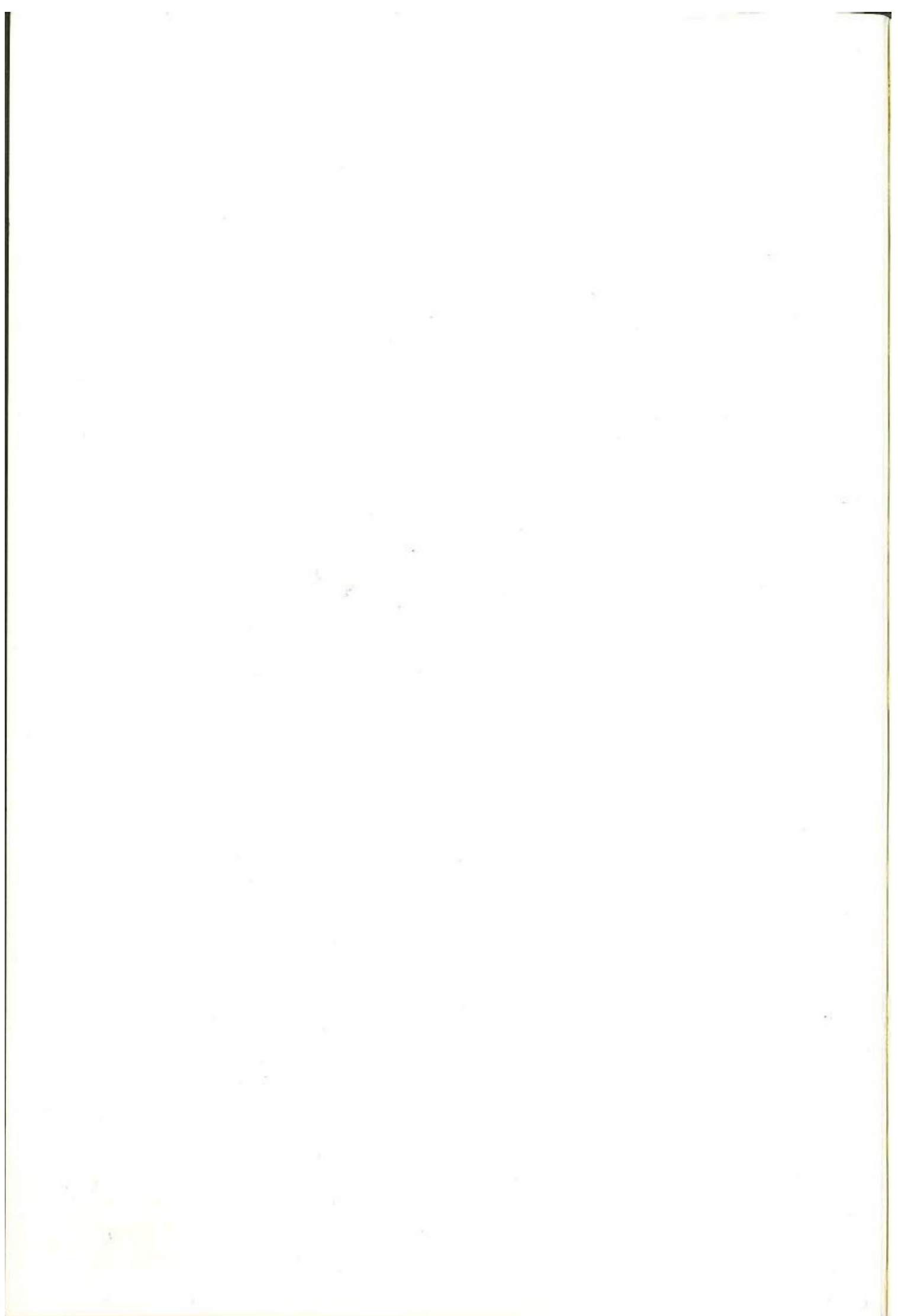


a igreja católica e a conferência do cairo: uma linguagem comum

Vozes Católicas



a igreja católica
e a conferência do cairo:
uma linguagem comum

Vozes Católicas

 **cadernos nº2**
católicas pelo direito de decidir

2004

A Igreja Católica e a Conferência do Cairo:
uma linguagem comum
Vozes Católicas

*título original: Catholics and Cairo: A Common Language
Catholic Voices
An Initiative of Catholics for a Free Choice, EUA,1999.*

Tradução de Emerson Lalucce Ricci

*Capa e Projeto Gráfico: Marcos Gianelli
Editoração Eletrônica: emblema idéias visuais tel/fax (11) 3021 3564*

*Esta publicação foi possível graças aos apoios de:
CFFC - Catholics for a Free Choice
Fundação Ford
Fundação MacArthur*

*Publicações CDD
Av. Brigadeiro Luís Antonio, 993 conj. 706
01317-001 São Paulo, SP
tel/fax (11) 3107 9038
email: cddbr@ax.apc.org*

**1ª Edição 1999
Reimpressão 2004**

Índice

<i>Apresentação</i>	05
<i>Introdução</i>	07
<i>A Conferência do Cairo e o Programa de Ação</i>	08
<i>Valores Partilhados</i>	09
<i>O Vaticano no Cairo</i>	11
<i>Católicos e Cairo</i>	14
<i>Parte 1 - Áreas de Concordância - Princípios Comuns</i>	17
<i>Universalidade dos Direitos Humanos</i>	18
<i>A pessoa como Preocupação Central no Desenvolvimento</i>	20
<i>Direito ao Desenvolvimento</i>	21
<i>Objetivos Populacionais</i>	22
<i>Desenvolvimento Sustentável</i>	23
<i>Eradicar a Pobreza</i>	25
<i>Direito à Educação</i>	27
<i>Crianças como Prioridade</i>	28
<i>Direitos dos Migrantes</i>	29
<i>Direito ao Asilo</i>	31
<i>Direito dos Indígenas</i>	32
<i>Responsabilidades do Desenvolvimento</i>	33
<i>Parte 2 - Áreas de Debate: Mulheres, Saúde e Família</i>	35
<i>Direitos Humanos das Mulheres</i>	37
<i>Empoderamento das Mulheres</i>	40
<i>Direitos Reprodutivos</i>	45
<i>Direito à Saúde</i>	50
<i>Saúde Reprodutiva</i>	52
<i>Maternidade Segura</i>	57
<i>Aborto</i>	60
<i>Saúde Sexual</i>	65
<i>Adolescentes e Educação Sexual</i>	70
<i>Definindo Família</i>	73
<i>Reflexão: Consciência e Consenso</i>	79

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

1861

CDD/Br apresenta o Caderno número 2 "A Igreja Católica e a Conferência do Cairo: uma linguagem comum", de Vozes Católicas. Este estudo é especialmente importante por evidenciar a convergência existente entre o Programa de Ação do Cairo e a Doutrina oficial Católica. Descoberta que surpreende e impacta positivamente, não estando em consonância com a atitude adotada pela Santa Sé e seus aliados fundamentalistas, durante a Conferência do Cairo.

Este trabalho é resultado de um fórum internacional de debates, constituído por líderes católicas/os de diferentes partes do mundo, mas igualmente sensibilizadas/os com a luta pelos Direitos Humanos das mulheres, tendo em conta os valores éticos presentes na tradição católica que legitimam e estimulam uma saudável vivência da sexualidade, bem como reconhecem a capacidade moral de que mulheres e homens são dotadas/os para tomar decisões no campo dos direitos reprodutivos.

Com a edição deste caderno, CDD/Br oferece conteúdo argumentativo a todas as pessoas preocupadas e comprometidas com o monitoramento e a implementação da Plataforma da Conferência do Cairo em nosso país.

Este subsídio poderá ser particularmente útil ao movimento de mulheres, ONGs feministas, setores de mídia e parlamentares aliadas/os, que estão dispostas/os a somar esforços na luta para conquistar os direitos das mulheres.

The first part of the report
 is devoted to a general
 description of the
 country and its
 resources.

The second part
 contains a detailed
 account of the
 various industries
 and occupations.

The third part
 deals with the
 social and
 political conditions
 of the country.

The fourth part
 contains a list of
 the principal
 towns and cities.

Introdução

Uma das tarefas mais difíceis no diálogo internacional é descobrir e elaborar uma linguagem comum. Esse imperativo torna-se ainda mais difícil e exigente quando as questões que se buscam expressar estão carregadas de sentimentos intensos, emoções e diferenças no que diz respeito à visão do mundo.

Durante cerca de mil anos a Santa Sé controlou o vocabulário com o qual o mundo ocidental se comunicou. Tanto a língua (latim) como as categorias (teológicas) eram eclesiais e cada vez mais romanas.

O mundo contemporâneo, ao procurar um discurso próprio, descobriu que as Nações Unidas é um lugar magnífico para se aprender. A Constituição das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos foram e são expressões preeminentes da consciência e esperança do mundo. São documentos de âmbito global que eram impensáveis até bem pouco tempo atrás.

Creemos que a Conferência Internacional das Nações Unidas, realizada no Cairo, (Egito), em 1994, sobre População e Desenvolvimento e seu Programa de Ação constituem um outro momento muito importante na articulação de uma linguagem comum responsável. Além disso, Cairo proporcionou à Igreja Católica uma oportunidade, sem precedentes, de participar no diálogo mundial em termos familiares a suas próprias tradições e missão.

A cada dez anos, desde 1974, as Nações Unidas organizam uma conferência internacional para discutir questões relacionadas à população e desenvolvimento. As conferências anteriores foram realizadas em Bucareste (1974) e na Cidade do México (1984). Em 1994, 180 governos estiveram representados no Cairo participando da terceira Conferência sobre População e Desenvolvimento, assim denominada após essa conferência.

No Cairo, os governos presentes estabeleceram um conjunto de propostas de ação para o futuro - essas propostas estão no Programa de Ação. O Programa de Ação possui mais de 100 páginas e compõe-se de 16 capítulos. Os capítulos 3 a 16 tratam dos objetivos qualitativos e quantitativos. E o capítulo 2 trata de assuntos de particular interesse para os católicos e pessoas de outras crenças, apresentando os fundamentos éticos das decisões tomadas no Cairo em relação à população e desenvolvimento.

Conferências anteriores que trataram de questões relacionadas à população foram justamente criticadas por focalizarem somente a questão do controle familiar e o alcance de metas demográficas, quase sempre utilizando expressões controversas tais como "explosão populacional" e "crescimento populacional zero". Tais enfoques em relação às questões demográficas enfatizam a redução de população e desvalorizam os direitos humanos das mulheres.

O Programa de Ação representa um avanço reconfortante. Este reconhece a importância da ética, valores, inter-relações, "sustentabilidade", erradicação da pobreza e especialmente a relação entre o "empoderamento" das mulheres e baixos índices de fertilidade. O documento articulou uma visão ampla que

coloca a dignidade humana acima das metas demográficas; a igualdade das mulheres e responsabilidade dos homens acima do obrigatório planejamento familiar. Estabeleceu-se, assim, uma linguagem sobre direitos reprodutivos e saúde sexual.

Em 1998-1999, a avaliação dos cinco anos de Cairo está sendo conduzida mediante uma série de encontros regionais, nacionais e internacionais. Essa avaliação será enriquecida consideravelmente pela reflexão de grupos religiosos sobre os princípios e objetivos de Cairo e seu Programa de Ação. Entre esses grupos religiosos, uma reflexão católica é crucial por causa do importante e, às vezes, controverso papel do Vaticano e da Santa Sé durante o processo da Conferência do Cairo.

Valores Partilhados

A Conferência do Cairo procurou lidar com algumas das questões mais controvertidas em nossas vidas pessoais, políticas e religiosas: reprodução, sexualidade, desenvolvimento e direitos humanos das mulheres. Surpreendentemente, esta conferência escolheu unir esses temas e trabalhá-los com a ajuda das categorias de direitos e responsabilidades.

Os direitos emergem do centro individual, inato e inviolável de cada pessoa. As responsabilidades são, em sua maioria, fundadas na comunidade, a partir da necessidade de tratar os demais com a mesma dignidade e direitos, e na insistência de que as conseqüências de todas as nossas ações sejam medidas não apenas tendo em conta o nosso próprio bem e identidade. O diálogo e tensão entre direitos e responsabilidades, indivíduos e comunidade, crença e consciência, riqueza e pobreza, e sem dúvida, entre homens e mulheres foram tratadas na

Conferência do Cairo, questões até agora ignoradas num nível até então inédito de acordo. Encontrar as palavras e consenso para expressar a consciência do mundo em questões de tamanha controvérsia é simplesmente maravilhoso. Alguém poderia supor que tenha agradado à Santa Sé a proposta séria, a ressonância religiosa, a linguagem católica e o tom moral com que a Conferência realizou seu trabalho.

A Conferência insistiu em afirmar que os direitos são universais (Princípio 1), que as pessoas são pontos centrais para todo o desenvolvimento (Princípio 2), e que têm direito a tal desenvolvimento (Princípio 3). Nesse aspecto, os católicos percebem similaridades com a mensagem bíblica sobre a imagem e semelhança de Deus, a sagrada inviolabilidade de cada um e o mesmo amor do Criador para com todos, homens e mulheres.

Os maiores desafios se encontram na área dos objetivos populacionais. Todos concordam, a Igreja Católica e o mundo em geral, que os direitos de expressão sexual e procriação devem ser avaliados com um sentido de responsabilidade para com a comunidade mundial e a saúde ecológica do planeta. A questão do desenvolvimento sustentável (Princípio 6) está ligada aos objetivos populacionais e à necessidade de erradicar a pobreza (Princípio 7). Nesse ponto, a Conferência do Cairo foi particularmente eficiente. Ela tratou o tema da população na perspectiva mais ampla do desenvolvimento humano (Princípio 5). A mensagem de justiça social da Igreja Católica encontra lugar, aqui, claramente, nessa estrutura.

A Conferência falou de forma brilhante sobre o direito à educação (Princípio 10) para ambos: homens e mulheres, e sobre as crianças como prioridade (Princípio 11) na forma como o próprio Vaticano o teria feito. A linguagem aqui é religiosa, mesmo se não formalmente, e comovente. Pode-se ouvir a pulsação do coração do mundo nessas preocupações - sua humanidade, compaixão e esperanças.

Em áreas onde a Igreja Católica tem mostrado possuir liderança expressiva, Cairo também dirigiu sua atenção a grupos muitas vezes marginalizados e vitimados pelo desenvolvimento ganancioso, pela avidez e falta de cuidado. Os direitos dos empobrecidos e das minorias pedem que a comunidade mundial seja mais responsável. Falou-se, de forma clara e explícita, sobre os imigrantes (Princípio1), os perseguidos (Princípio13), as populações indígenas ameaçadas (Princípio14) e sobre um programa de desenvolvimento que não seja omissivo em relação às culturas individuais, nações e regiões (Princípio15).

O Vaticano no Cairo

O espaço de concordância entre a Igreja Católica e o Programa de Ação é amplo e impressionante. No entanto, surgiram acirradas diferenças (essas diferenças são abordadas na segunda parte deste documento).

Algo único entre as organizações religiosas no mundo, a Igreja Católica goza de um *status* privilegiado como um Estado Não-Membro e Observador Permanente nas Nações Unidas por meio de sua entidade governamental, a Santa Sé. Nessa condição, a Santa Sé participa das conferências das Nações Unidas e pode exercer, como o fez no Cairo, o direito de voto.

No entanto, governo algum refletirá necessariamente as crenças e práticas das pessoas que ele pretende representar. Há uma distinção entre a Igreja Católica e suas tradições como um todo (i.e. o grupo de fiéis) e a administração desta igreja em sua representação nas Nações Unidas, como Santa Sé. É importante ter em mente essa distinção porque o laicato, teólogos e bispos, em sua maioria, não têm voz ativa ou voto na escolha do Papa e nas políticas da Santa Sé. Por isso, uma posição católica

verdadeira sobre uma questão particular deve levar em consideração, não apenas a posição oficial da Santa Sé, mas como essa posição é recebida e vivida pelo grupo de fiéis. Esse enfoque amplamente aceito insiste em que o ensinamento da Igreja Católica é feito por duas vias: o ensinamento da hierarquia (Papa, cardeais e bispos) e o ensinamento do laicato - o *sensus fidelium*.

Pode-se ver essa distinção, por exemplo, na questão da contracepção. A posição da Santa Sé é inequívoca ao condenar a contracepção artificial. No entanto, teólogos católicos em todo o mundo e o laicato, em grande parte, não acolhem esse ensinamento. De fato, um número considerável de bispos católicos solicitou uma revisão desta posição.

Por todas essas razões, a forte rejeição de muitos itens no documento da Conferência do Cairo pelo Vaticano foi intrigante e desapontadora. O Vaticano tem todo o direito de expressar suas restrições. A dificuldade que muitos tiveram com a posição do Vaticano derivou de sua indisposição para entrar no processo de discussão ou para propor uma linguagem que pudesse ganhar o apoio de todos. Essa dificuldade se tornou mais intensa pela relutância do Vaticano em afirmar o caráter revolucionário da Conferência do Cairo ao apresentar questões sobre população com uma ampla estrutura ética fortalecida pela insistência nos direitos das mulheres e saúde.

Além disso, as atuações do Vaticano no Cairo enfraqueceram a mensagem da Conferência, particularmente para o observador católico. Enquanto há muitos católicos que não concordam com as posições adotadas pelo Vaticano no Cairo, muitos mais desconhecem o quão coerente com o ensinamento católico é o Programa de Ação. Na verdade, Cairo e o Vaticano tiveram mais áreas de concordância que de discordâncias. O Vaticano foi para o Cairo com grandes suspeitas e uma aparente indisposição para aceitar um processo global de

busca de um acordo sobre questões éticas, e por isso sua mensagem no Cairo foi muitas vezes incoerente com os ensinamentos da Igreja. Em particular, essas atuações distorceram aquilo que de fato foi dito na Conferência em relação aos direitos humanos das mulheres, saúde e família.

Os direitos reprodutivos foram abordados no Programa de Ação sob a ampla rubrica dos direitos humanos das mulheres. Seguiu-se a mesma estratégia ao abordar o tema da saúde reprodutiva mediante a questão maior sobre o direito à saúde. Essa é uma das grandes contribuições da Conferência do Cairo. Ela procurou sempre um contexto maior no qual houvesse um acordo de todos, antes de lidar com aspectos controversos. Assim, todos estão de acordo com os direitos humanos para as mulheres, mesmo se houver, talvez, alguma discordância em relação aos direitos reprodutivos. O mesmo se dá com o direito à saúde e as mais difíceis questões da saúde reprodutiva, maternidade segura, aborto e saúde sexual.

Um desse aspectos mais complicados veio a ser a definição de "família". Como a Conferência buscou uma definição amplamente compreensiva, o Vaticano temia que, como consequência de tão ampla definição, fossem reconhecidas as uniões de homossexuais.

O Vaticano tornou-se ainda mais inflexível no que diz respeito à questão do aborto. Ele acredita que aborto e contracepção são imorais em toda e qualquer circunstância. Opõe-se corretamente contra o uso coercitivo desses métodos. No Cairo, os delegados estavam de acordo com a necessidade de se dar fim à coerção mas também acreditavam que as pessoas deveriam ser informadas sobre todas essas escolhas. O Programa de Ação deixa para as religiões e as consciências a promoção do diálogo para decidir se indivíduos ou tradições devem escolher entre as opções que lhes são oferecidas. Em um mundo onde escolhas que parecem ser morais para uns,

são imorais para outros, a Conferência do Cairo não teve outra alternativa.

A articulação de escolhas morais jamais deveria ser tão absoluta a ponto de não ter em vista as situações reais nas quais as pessoas vivem. A teologia e o ensinamento católicos sempre afirmaram o direito à consciência e a escolhas morais contextualizadas. A Conferência do Cairo insistiu em que, no que se refere à saúde reprodutiva, todas as opções legais disponíveis aos indivíduos deveriam ser garantidas e eles deveriam ser inteiramente informados sobre as conseqüências de suas escolhas.

Católicos e Cairo

Cairo, de várias formas, é uma declaração universal dos direitos humanos aplicada à população, sexualidade e às vidas das mulheres. Se o documento tivesse sido escrito nos termos estritos que o Vaticano desejava, este teria dividido e cindido a comunidade mundial. Uma nova linguagem de valores comuns precisava ser formulada, uma nova linguagem de direitos universais e responsabilidades. O organismo que deve falar essa linguagem, as Nações Unidas, ganhou a confiança de todos mais prontamente que a respeitada mas, às vezes, ideológica voz do Vaticano.

Os debates no Cairo deixaram claro que, em muitos momentos, o Vaticano e a comunidade mundial falaram no mesmo tom. O Vaticano, no entanto, muitas vezes expressou suas posições em assuntos mais controversos, como sendo definitivas, não convidando nem permitindo uma participação ou divergência para se alcançar o consenso. As Nações Unidas não podem adotar uma linguagem sobre ética e valores que a família humana em sua maioria não entenda ou não aceite. Se as pessoas são

fundamentalmente confiáveis, então abra-se o debate, o compromisso e assim o consenso global poderá nos oferecer esperanças para escolhas que sejam morais, profundamente humanas e irresistivelmente justas.

O texto deste caderno - um documento para discussão - pretende provar que os católicos podem e devem apoiar o Programa de Ação. A *primeira parte* apresenta as áreas do Programa de Ação, e, em particular, a maioria dos princípios articulados no capítulo 2, coerentes com valores católicos. A *segunda parte* demonstra como certas posições adotadas pelo Vaticano no Cairo, em algumas questões-chave em saúde reprodutiva e sexual, não refletiram fielmente a riqueza e diversidade da tradição da Igreja. *Por fim, uma conclusão*, na forma de reflexão teológica, é oferecida para analisar o comportamento do Vaticano em áreas de discordância.

Todos os documentos citados neste caderno são documentos oficiais da Igreja. Dado o objetivo deste texto e tendo em vista esclarecer a distinção entre a Igreja oficial e o povo que a compõe, os termos "Santa Sé", "Vaticano" e "delegação" são utilizados para designar o governo da Igreja. Os termos "Igreja", "os ensinamentos da Igreja", a "tradição da Igreja" são utilizados para representar uma definição mais ampla de Catolicismo, na qual se inclua o laicato, os teólogos e a hierarquia.

Embora este texto esteja escrito numa perspectiva católica, esperamos que seus temas sejam úteis e interessem a leitores de outras tradições religiosas, éticas e filosóficas. De forma alguma nossa análise pretende ser exclusiva: a visão da Conferência do Cairo reflete os valores de muitas crenças.

Parte 1

Áreas de Concordância

Princípios Comuns

O Vaticano alegou que o Programa de Ação não possuía uma fundamentação ética e foi produto de feministas radicais do ocidente: *“Uma das principais preocupações da delegação da Santa Sé com relação à redação final do documento é a falta de uma clara visão ética”*.¹ O documento que o Vaticano tão explicitamente criticou, é, no entanto, notável por seus princípios e valores. - valores forjados e aceitos por mais de 180 nações de todas as partes do mundo e claramente articulados no capítulo 2 do Programa de Ação.

¹Msg. Diarmuid Martin, Declaração feita no início da 3ª sessão do Precom, 04 de Abril de 1994: 7.

Os princípios, fundamentos do Programa de Ação, são coerentes com os valores católicos - especialmente com aqueles relativos à população e desenvolvimento - e refletem o quanto a Igreja Católica tem em comum com a comunidade mundial. Esses princípios são o legado do Cairo. Não importando o que aconteça com as ações propostas ou compromissos financeiros, os princípios são decisivos quanto ao desenvolvimento de uma linguagem comum de valores. E apesar de aparências iniciais contrárias, o Vaticano e aqueles que apoiam os direitos reprodutivos estão de acordo com esses valores.

A seção a seguir cita princípios presentes no capítulo 2 do Programa de Ação com os quais o Vaticano e outros delegados no Cairo estavam de acordo. De fato, doze dos quinze princípios do Programa de Ação estão nessa seção em áreas de concordância (as outras três podem ser encontradas na Segunda Parte, Áreas de Debate).

Os cabeçalhos em negrito são os títulos que demos aos princípios aceitos pela maioria na Conferência, seguidos do Programa de Ação e uma citação de um documento oficial da Igreja sobre o mesmo tema. Por fim, apresenta-se uma discussão sobre a repercussão da Conferência do Cairo em cada um dos princípios.

Universalidade dos Direitos Humanos

Princípio 1 do Programa de Ação

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos possuem os direitos e liberdades presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sem qualquer forma de distinção, tais como raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas e de nenhuma outra ordem, nacionalidade ou classe social, propriedade, de nascimento ou de qualquer outra condição. Todos têm o direito à vida, liberdade e segurança.

Pacem in Terris (João XXIII):

Em uma convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis.²

²João XXIII, *Pacem in Terris*, 1963: 9.

Seguindo a tradição das Nações Unidas em apoiar os direitos humanos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em muitos outros tratados recentes, o Programa de Ação incluiu forte apoio aos direitos dos indivíduos. O reconhecimento católico ao vocabulário

fundamental dos direitos humanos avançou grandemente nos últimos anos com documentos relativos à justiça social e com a *Declaração de Liberdade Religiosa* do Vaticano II publicados em meados e final dos anos 60. Desde então a Igreja tem se tornado uma advogada internacional dos direitos humanos, apesar de, como tantos outros corpos políticos e religiosos, possuir registros diversos nessa área.

O apoio católico aos direitos humanos - tais como integridade física, direito à vida e à saúde - está ligado ao valor dado pela Igreja à dignidade humana, biblicamente fundamentada na criação dos seres humanos à imagem e semelhança de Deus (Gênesis 1, 26) e ao espírito de Cristo (João 1). Esses direitos são humanos, por isso são universais e transcendem as fronteiras de gênero, raça, religião e nações. Contudo, enquanto a Igreja reconhece a universalidade dos direitos humanos, sua atitude em relação aos direitos das mulheres é diversa. (cf. Os Direitos das Mulheres na Segunda Parte).

No seio da comunidade internacional há um debate sobre a universalidade dos direitos humanos. Nesse debate o Vaticano concorda juntamente com as organizações de direitos humanos que os direitos humanos são universais por causa de nossa dignidade humana comum e o exercício desta dignidade deveria ser totalmente livre, independentemente da atmosfera política, cultural e econômica de um determinado lugar. Os que se opõem a isso argumentam que os direitos humanos não são necessariamente universais e que são, de fato, culturalmente condicionados. Dessa forma, "cultura" tem sido utilizada para defender os abusos aos direitos humanos e impedir a implementação dos programas de desenvolvimento.

Enquanto a Igreja ensina que preservar a cultura é um aspecto importante em qualquer ordenação global, ela insiste, no entanto, que cultura não é um valor absoluto que justifica tudo desde a opressão das mulheres até o

trabalho infantil e o genocídio. Os profetas judeus e o próprio Jesus são exemplos de que pessoas de boa vontade quase sempre resistem às heranças de sua própria cultura.

A pessoa como Preocupação Central do Desenvolvimento

Princípio 2 do Programa de Ação:

Os seres humanos são o centro das preocupações de um desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza. As pessoas são o mais importante e valioso recurso em qualquer nação. Os países deveriam garantir que todos os indivíduos tenham a oportunidade de aproveitar ao máximo seu potencial. Eles têm direito a um padrão de vida adequado para si mesmos e suas famílias, incluindo alimentação, vestuário, moradia, saneamento básico adequados.

Populorum Progressio (Paulo VI)

O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo,³ como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: Não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento das civilizações em que ele se inclui. O que conta para nós, é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira⁴

³O uso da palavra "homens" nesse e em outras declarações da Igreja, citadas nesse documento, é exemplo típico da linguagem utilizada em documentos oficiais da Igreja, onde homens e masculino são normativos. No entanto, essas referências devem ser entendidas como humanidade como um todo, tanto homens como mulheres.

⁴Paulo VI, *Populorum Progressio*, 1967: 14.

A verdadeira medida do desenvolvimento, de acordo com o Programa de Ação e a Igreja, é verificar se as necessidades

e aspirações das pessoas são satisfeitas e se isso ocorre respeitando sua dignidade humana.

As políticas de desenvolvimento têm sido alvo de duras críticas por parte de organizações religiosas, incluindo grupos católicos oficiais e independentes. As políticas de desenvolvimento, muitas vezes, enfocam apenas o aspecto econômico e se esquecem do desenvolvimento humano. Os delegados no Cairo, ao contrário, reafirmaram o consenso global emergente de que as vidas das pessoas, não os mercados ou a produção, deveriam ser a preocupação central de todas as políticas de desenvolvimento.

Direito ao Desenvolvimento

Princípio 3 do Programa de Ação

O direito ao desenvolvimento é um direito universal e inalienável e parte integrante dos direitos humanos. A pessoa humana é objeto central do desenvolvimento.

Enquanto o desenvolvimento facilita o desfrutar de todos os direitos humanos, a falta de desenvolvimento pode servir como justificativa para a redução de direitos humanos reconhecidos internacionalmente. O direito ao desenvolvimento deve satisfazer, da forma mais justa possível, as necessidades de desenvolvimento e de ambiente das gerações presentes e futuras.

Pacem in Terris (João XXIII):

Os Estados têm direito à existência, ao desenvolvimento, a disporem de recursos necessários, e a desempenharem

o papel preponderante na sua realização. Os Estados têm igualmente direito ao bom nome e à devida estima. Ao mesmo tempo compete também aos Estados o dever de respeitar cada um desses direitos e evitar todo e qualquer ato que os possa violar. Assim, como nas relações individuais não podem as pessoas ir ao encontro dos próprios interesses com prejuízo dos outros,... por isso, em nível internacional, um Estado não pode desenvolver-se restringindo ou oprimindo outros Estados. ⁵

⁵Pacem in Terris: 92.

O Conselho de Desenvolvimento Sustentável dos Estados Unidos mostra que pessoas em países desenvolvidos - apenas 20 % da população mundial - consomem 85 % dos recursos mundiais. Isso quer dizer que 80 % da população mundial tem de sobreviver com apenas 15 % dos recursos mundiais.⁶ À luz dessas observações, percebemos que podemos melhorar essa situação e que o custo humano de resistência ao desenvolvimento é incalculável e enorme.

⁶Conselho de Desenvolvimento Sustentável, Population and Consumption Task Force Report, U.S. G.P.O., Washington, D.C.: 1996: p.33.

A tradição católica de justiça social e a opção preferencial pelos pobres serve de base para o ensinamento da Igreja sobre o desenvolvimento. A Igreja insiste em dizer que as nações industrializadas deveriam apoiar os países em desenvolvimento, transferindo tecnologia e perdendo a dívida, de tal modo que eles possam utilizar os seus recursos para o próprio desenvolvimento. Em particular, João Paulo II criticou ambos os sistemas, capitalista e socialista, por se esquecerem de colocar as necessidades humanas e o bem comum acima do lucro material.

Objetivos Populacionais

Princípio 5 do Programa de Ação

Os objetivos e políticas populacionais são parte integrante do desenvolvimento cultural, social e econômico,

a igreja católica e a
conferência do cairo:
uma linguagem comum

cujo principal objetivo é melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas.

Populorum Progressio (Paulo VI):

É bem verdade que um crescimento demográfico acelerado vem, com demasiada freqüência, trazer novas dificuldades ao problema do desenvolvimento: o volume da população aumenta muito mais rapidamente que os recursos disponíveis, e cria-se uma situação que parece não ter saída.⁷

⁷Populorum Progressio: 37.

Apesar de se perceber a falta de interesse da Igreja em reconhecer os problemas causados pelos índices de crescimento populacional, ela considera que a fome e outros problemas do desenvolvimento são exacerbados por tais índices de crescimento. Sem dúvida, o Concílio Vaticano II insiste em afirmar que a paternidade e maternidade devem ser exercidos com responsabilidade. Censuram-se os pais que trazem os filhos ao mundo de forma inadequada e sem planejamento.

A questão não está em limitar o número de nascimentos ou determinar o tamanho da família, o que o Vaticano aceita, mas está nas condições pelas quais essa limitação é alcançada. Essa discussão aconteceu no Cairo quando se tratou das soluções para os problemas populacionais. (Cf. a Segunda Parte deste documento.)

Desenvolvimento Sustentável

Princípio 6 do Programa de Ação

O desenvolvimento sustentável, como meio de garantir o bem-estar humano, igualmente partilhado por todos hoje e no futuro, exige um inter-relacionamento entre população, recursos, meio-ambiente e desenvolvimento

que deveriam ser inteiramente reconhecidos, devidamente administrados e avaliados dinamicamente e harmoniosamente. Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma alta qualidade de vida para todos, os Estados deveriam reduzir e eliminar padrões não sustentáveis de produção e consumo e promover políticas apropriadas, incluindo políticas populacionais, com o objetivo de satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades.

Dimensões Éticas e Pastorais das Tendências Populacionais (Conselho Pontifício para a Família):

*Não é menos verdade que certos padrões de consumo deveriam ser corrigidos em sociedades desenvolvidas. Esses padrões não respeitam o meio-ambiente nem levam em consideração as responsabilidades das pessoas de hoje para com as gerações futuras.*⁸

Porque o Sul pôde expressar, no Cairo, suas preocupações sobre desenvolvimento sustentável, um amplo reconhecimento a respeito do consumo exagerado do Norte foi inserido no Programa de Ação. A Igreja percebe que se faz necessário acabar com o consumo exagerado como uma forma de manter a "sustentabilidade" e alcançar um nível responsável de uso dos recursos.

A Igreja Católica apoia que se preocupe com o meio ambiente em políticas de desenvolvimento. Por muitos séculos, baseada nas Escrituras, especialmente no Gênesis, acreditou que a dominação da terra pelos seres humanos era vontade de Deus. Por si mesma, a Igreja passou a apreciar o relacionamento vital entre seres humanos, outras

⁸Conselho Pontifício para a Família, *Dimensões Éticas e Pastorais das Tendências Populacionais*, 1994: p.18.

formas de vida no planeta e o próprio planeta. Agora, a Igreja vê o mundo como um sacramento, uma realidade beneficiada com a presença e a graça de Deus.

Há aqueles no interior da comunidade católica que temem que uma espiritualidade ecológica possa levar ao Panteísmo. Essa relutância não impediu que Papas falassem fortemente sobre a crise ecológica, nossa responsabilidade ambiental comum e a necessidade de impor limites à dominação humana e ao consumo desmedido dos recursos naturais.

Erradicar a Pobreza

Princípio 7 do Programa de Ação:

Todos os Estados e pessoas devem cooperar nas tarefas essenciais para a erradicação da pobreza como um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, e desta forma, diminuir as disparidades entre os padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria das pessoas no mundo. A situação especial e as necessidades dos países em desenvolvimento, particularmente os menos desenvolvidos, devem receber prioridade especial. Países com economia de transição, bem como outros países, precisam ser completamente integrados na economia mundial.

Justiça Econômica para Todos (Bispos dos Estados Unidos)

A satisfação das necessidades básicas dos pobres é a prioridade máxima. Decisões pessoais, políticas de organizações privadas e públicas e relações de poder devem ser avaliadas por seus efeitos sobre aqueles que

não têm sequer o mínimo necessário em nutrição, moradia, educação e saúde.⁹

O foco do Programa de Ação na erradicação da pobreza e a especial atenção que este dá aos mais necessitados nos países pobres são aspectos importantes do consenso no Cairo para os católicos. Cairo é coerente com os ensinamentos da Igreja no que diz respeito à opção preferencial pelos pobres e justiça econômica para todos ao insistir que "prioridade especial" seja dada às nações menos desenvolvidas.

Uma profunda preocupação com o pobre é constante nas escrituras hebraicas, nas quais a comunidade é chamada, mais de uma vez, a cuidar das viúvas, dos órfãos e do estrangeiro. Nas Escrituras cristãs, a salvação vem pelo homem pobre de Nazaré; negar o pobre leva à exclusão do Reino de Deus (Mateus 25), e é mais fácil para o pobre entrar no Paraíso do que o rico e aquele preocupado consigo mesmo.

Tem-se observado que a pobreza impõe imperativos aos ricos. Jesus deixa claro que desprezar o pobre é desprezar a Deus. A tradição católica está em consonância com este ensinamento, desde as lendas medievais que retratam os pobres como santos e Deus disfarçado em pobreza, até as modernas proclamações de uma opção preferencial pelos pobres. De fato, a Igreja Católica é muitas vezes vista como a Igreja das massas, dos pobres e dos trabalhadores.

Há diferentes formas de se tratar a questão da pobreza; às vezes de maneira menos eficaz, mas de forma alguma inseqüente, como caridade e distribuição de donativos. Contudo, em um nível mais profundo, a Igreja conclama a uma transformação das estruturas que criam a pobreza. Mais profundamente ainda, os pobres devem ser tratados como iguais em dignidade por aqueles que são ricos. Neste aspecto, a Igreja e Cairo estão de acordo.

⁹Bispos Católicos dos Estados Unidos da América, *Justiça Econômica para Todos*, 1986, 90.

Princípio 10 do Programa de Ação:

Todos têm direito à educação, a qual deve ser orientada para o completo desenvolvimento dos recursos humanos, dignidade e potencialidade humana, com particular atenção às mulheres e meninas. A educação deve ser estruturada tendo em vista fortalecer o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluindo aquelas relativas à população e ao desenvolvimento. Os principais interesses da criança deverão ser o princípio condutor para os responsáveis por sua educação e orientação; esta responsabilidade recai em primeiro lugar sobre os pais.

Gravissimum Educationis Momentum (Concílio Vaticano II)

*Aliás é dever do Estado criar condições para que todos os cidadãos possam chegar a participar de modo vantajoso na cultura e se preparem devidamente para se desincumbirem dos deveres e direitos civis.*¹⁰

No Cairo, a educação foi enfatizada como o meio para o completo desenvolvimento dos recursos humanos. Tradicionalmente, meninas e mulheres não tiveram acesso igualitário à educação. Investir em educação é essencial para o “empoderamento” das mulheres de forma que conquistem os seus direitos.

O ensinamento católico apoia a importância da educação. Dos mosteiros às universidades, a Igreja tem sido pioneira em educar as pessoas para as suas responsabilidades espirituais e sociais.

¹⁰Vaticano II, *Gravissimum Educationis Momentum*, 1965: 6.

Princípio 11 do Programa de Ação

Todos os Estados e famílias deveriam dar prioridade máxima às crianças. A criança tem direito a padrões de vida adequados para o seu bem-estar e tem direito aos mais altos padrões de saúde disponíveis, e direito à educação. A criança tem direito aos cuidados, orientação e apoio dos pais, famílias e sociedade e a ser protegida por medidas legais, administrativas, sociais e educacionais apropriadas, de todo e qualquer tipo de violência física ou mental, ferimentos ou abuso, desprezo ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo a venda e tráfico de drogas, abuso sexual e tráfico de seus órgãos.

Justiça Econômica para Todos (Bispos dos Estados Unidos)

*A pobreza atinge severamente certos grupos mais que outros. Talvez o mais aflitivo seja o crescimento do número de crianças pobres. . . Muitas famílias pobres com crianças não recebem nenhuma assistência governamental, não possuem assistência médica e não podem pagar por isso. Menos da metade delas está imunizada contra doenças que podem ser prevenidas tais como difteria e pólio. Crianças pobres estão em desvantagem antes mesmo de nascer; a falta de bons cuidados com pré-natal conduz as mães a um risco muito maior de nascimentos prematuros, peso inferior ao esperado, deficiência física e mental e morte durante o primeiro ano de vida.*¹¹

¹¹Justiça Econômica para Todos: 176-177.

Cairo manteve os direitos das crianças a padrões de vida e cuidado com a saúde adequados, bem como o direito a ser protegida contra ferimentos e exploração. A Igreja protege as crianças como inocentes e está tão preocupada com as injustiças perpetradas contra as crianças que o Conselho Pontifício para a Família organizou três

encontros internacionais de especialistas antes da Conferência do Cairo para tratar desse assunto: prostituição de crianças, em Bangkok, Tailândia (9-11 de setembro, 1992); trabalho infantil, em Manila, Filipinas (1-3 de julho, 1993); e crianças de rua, no Rio de Janeiro, Brasil (27-29 de julho, 1994).

No entanto, é importante não destacar em demasia o apoio da hierarquia aos direitos das crianças. Enquanto a Igreja com freqüência fala e age pelo bem-estar das crianças, ela define os direitos das crianças quase como totalmente derivados dos direitos dos pais. Além disso, é provável que o Vaticano apoie antes os direitos dos pais do que os direitos das crianças, como mais uma forma de reconhecer a família patriarcal. Os pais têm o direito fundamental de educar e criar seus filhos e filhas, mas este não é um direito absoluto ou exclusivo, tal como é aceito em algumas culturas em que as crianças são consideradas como propriedade. A sociedade como um todo e a Igreja devem estabelecer e afirmar os direitos das crianças quando os pais as violam ou ignoram.

Direitos dos Migrantes

Princípio 12 do Programa de Ação:

Países que recebem migrantes com a devida documentação deveriam fornecer para eles e suas famílias tratamento e serviços de apoio adequados, e garantir sua segurança física, tendo em mente as circunstâncias especiais e necessidades dos países, especialmente dos países em desenvolvimento, procurando alcançar esses objetivos ou requisitos com relação também a migrantes sem a devida documentação, em conformidade com as provisões das relevantes convenções e documentos internacionais. Os países deveriam garantir aos migrantes

todos os direitos humanos básicos conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Gaudium et Spes (Concílio Vaticano II)

*Deve-se evitar cuidadosamente qualquer discriminação, quanto às condições de remuneração e de trabalho, em relação aos operários provenientes de outra nação ou região, que cooperam com sua obra para a promoção econômica do povo ou território. Todos, além disso, e as autoridades públicas em primeiro lugar, não os tratem como meros instrumentos de produção, mas como pessoas: devem ajudá-los a mandar buscar as suas famílias para junto deles e a providenciar uma habitação decente, assim como favorecer a sua integração na sociedade do povo ou da região de acolhida.*¹²

¹²Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, 1965: 66.

O Programa de Ação reconhece que os migrantes, muitas vezes, não têm sequer o mínimo acesso aos recursos e serviços disponíveis em planos de desenvolvimento e conclama todos os países a que garantam os direitos humanos fundamentais a todos os migrantes. A atitude da Igreja aqui tem sido impressionante e eficiente. A Igreja pronunciou-se em favor dos migrantes. Esta tem quase sempre exigido que as nações apoiem as populações migrantes e imigrantes, não apenas considerando-os como trabalhadores mas também respeitando sua identidade cultural. A Igreja tem oferecido aos migrantes serviço pastoral e por meio do Papa e das Conferências nacionais de bispos tem agido como advogada junto à comunidade mundial. Na verdade, na questão dos direitos dos migrantes, a Igreja e as Nações Unidas estão mais de acordo entre si do que os países desenvolvidos.

Princípio 13 do Programa de Desenvolvimento

Todos têm o direito de procurar e gozar de asilo por perseguição em outros países. Os Estados têm responsabilidades com respeito aos refugiados como foi apresentado na Convenção de Genebra sobre a Condição dos Refugiados e seu protocolo, em 1967.

Gaudium et Spes (Concílio Vaticano II)

Sobretudo nos nossos tempos, temos a imperiosa obrigação de nos tornarmos próximos de qualquer homem indistintamente; se ele se nos apresenta, devemos servi-lo ativamente, quer seja um velho abandonado por todos, ou um operário estrangeiro injustamente desprezado, ou um exilado, ou uma criança nascida de união ilegítima sofrendo imerecidamente por um pecado que não cometeu, seja um faminto que interpela a nossa consciência recordando a voz do Senhor: "Todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos a mim é que fizestes" (Mateus 25,40).¹³

¹³Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, 1965: 27.

Cairo conclama explicitamente as nações para que providenciem proteção àqueles refugiados que fogem por causa de perseguição. Essa posição está de acordo com a tradição da Igreja, a qual condena a perseguição política e religiosa e insiste em que as nações dêem asilo àqueles que vivem em exílio, como dever do bem comum. De fato, os templos religiosos serviram tradicionalmente de santuários para os perseguidos. A Igreja, em sua maioria, às vezes seletivamente, tem oferecido proteção aos vulneráveis. Recentemente, no Reino Unido, a Igreja falou com firmeza sobre o direito fundamental ao asilo em um debate sobre a retirada de direitos dos que procuram asilo.

Princípio 14 do Programa de Ação

Ao considerar as necessidades populacionais e o desenvolvimento dos povos indígenas, os Estados deveriam reconhecer e apoiar sua identidade, cultura e interesses, e capacitá-los a participar inteiramente na vida econômica, política e social do país, particularmente quando sua saúde, educação e bem-estar são afetados.

Rerum Ecclesiae (Pio XI)

Se alguém considerou os povos indígenas inferiores, dotados de inteligência limitada, está seriamente enganado. A experiência prova que as pessoas que habitam as distantes áreas da Ásia e África desempenham-se bem na aquisição de educação e em geral são intelectualmente iguais a nós. Por isso, que não haja discriminação ou distinção de casta entre europeus e o clero indígena, mas que cooperem uns com os outros, unidos por laços de respeito mútuo e caridade.¹⁴

¹⁴Pio XI, *Rerum Ecclesiae*, 1926: 30.

No passado, a Igreja, em várias instâncias, favoreceu a evangelização e transformação cultural em relação à preservação das identidades indígenas. A história nos conta como a colonização dos povos indígenas pelos países do ocidente foi quase sempre acompanhada de imposição do Cristianismo. No entanto, a Igreja se tornou, recentemente, mais sensível às tradições indígenas. Entretanto, é desapontador que líderes religiosos nacionais, falando em nome de seus fiéis, não foram ouvidos suficientemente pelo Vaticano. Os direitos dos indígenas não são apenas os direitos das minorias indígenas. A Igreja não pode ser verdadeiramente incarnada em uma cultura a menos que assuma as características daquela cultura. Se a Igreja surge como uma presença alienígena na cultura,

a igreja católica e a conferência do Cairo:

não alcançará as pessoas em um nível profundo ou de forma autêntica.

Responsabilidades do Desenvolvimento

Princípio 15 do Programa de Ação:

Crescimento econômico sustentável, no contexto do desenvolvimento sustentável e progresso social exigem que o crescimento seja largamente fundamentado, oferecendo oportunidades iguais para todos. Todos os países deveriam reconhecer suas responsabilidades comuns apesar de diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na propiciação do desenvolvimento sustentável, e deveriam continuar a aumentar os seus esforços para promover o crescimento econômico sustentável e diminuir as disparidades, de maneira que todos os países, em particular aqueles em desenvolvimento, sejam beneficiados.

Sollicitudo Rei Socialis (João Paulo II)

A primeira verificação negativa a fazer é a da persistência e, muitas vezes, a do alargamento, do fosso entre a área do chamado Norte desenvolvido e a do Sul em vias de desenvolvimento. . . A estimulante preocupação pelos pobres - os quais, segundo a fórmula significativa, são "os pobres do Senhor" - deve traduzir-se, a todos os níveis, em atos concretos até chegar decididamente a uma série de reformas necessárias. Depende de cada umas das situações locais individualizar as mais urgentes e os meios para as realizar. Mas não se hão de esquecer aquelas que são requeridas pela situação de desequilíbrio internacional, acima descrita. A este respeito, desejo recordar em particular: a reforma do sistema internacional

*ae comércio, hipotecado pelo protecionismo e pelo bilateralismo crescente; a reforma do sistema monetário e financeiro mundial, hoje reconhecidamente insuficiente; a questão dos intercâmbios de tecnologias; e do uso apropriado; a necessidade de uma revisão da estrutura das organizações internacionais existentes, no quadro de uma ordem jurídica internacional.*¹⁵

¹⁵João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, 1987: 14,43.

O último princípio aprovado, por consenso, no Cairo, trata da necessidade de todas as nações assumirem a responsabilidade de colaborar no desenvolvimento global, enquanto reconhecem que cada nação possui suas próprias necessidades, capacidade e responsabilidades. Isso também expressa uma obrigação especial por parte dos países mais desenvolvidos de criarem planos comuns e manterem níveis sustentáveis de crescimento. Historicamente a Igreja foi sensível à diversidade das nações em relação a estratégias populacionais e desenvolvimento, e tem pressionado o Norte para contribuir para o desenvolvimento mais igualitário do Sul.

Áreas de Debate: Mulheres, Saúde e Família

Quando as Nações Unidas produzem um documento internacional como o Programa de Ação do Cairo, seu objetivo é assegurar o apoio do maior número possível de nações. Por isso, oferece um extenso processo de elaboração com o objetivo de alcançar consenso, com muitas versões do documento e inúmeros encontros preparatórios - com considerável colaboração de organizações não governamentais - para discutir os temas propostos. Uma delegação governamental que tenha objeções a qualquer parte do documento poderá ter uma seção, frase ou palavra em parênteses para futuro debate e possível eliminação.

Durante o processo de preparação da Conferência do Cairo, a Santa Sé e várias outras nações - incluindo Argentina, Benin, Guatemala, Honduras, Malta, Marrocos e Nicarágua - colocaram entre aspas a maior parte da linguagem que se referia aos direitos reprodutivos, educação sexual, aborto, contracepção, definição de família e maternidade segura. De fato, o Vaticano concentrou grande parte de suas energias no Cairo opondo-se ao consenso existente relativo à reprodução e sexualidade ao invés de propor nova linguagem ou somar forças para várias outras questões ali discutidas e importantes para os católicos, como a erradicação da pobreza, a proteção dos direitos humanos e o acesso à educação.

Ao final, o Vaticano juntou-se ao consenso global sobre o Programa de Ação como um todo, mas dispôs reservas nas seguintes expressões:

- contracepção
- casais e indivíduos
- planejamento familiar
- saúde reprodutiva
- direitos reprodutivos
- ampla linha de serviços em planejamento familiar
- capacidade das mulheres em controlar sua própria fertilidade

A Santa Sé também declarou reservas em oito dos dezesseis capítulos: “Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva”; “Saúde, Morbidade e Mortalidade”; “População, Desenvolvimento e Educação”; “Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento”; “Ação Nacional”; “Cooperação Internacional”; “Parceria com o Setor Não Governamental”; e “Seqüência da Conferência”.

Cairo obviamente não entrou em detalhes em relação a valores éticos como uma tradição religiosa provavelmente o faria. Isso não foi possível dada a diversidade de sua constituição. No entanto, procurou afirmar uma ética comum, global, baseada nos direitos humanos e responsabilidades (ver parte 1). Cairo proporcionou uma oportunidade para que a Santa Sé pudesse expressar sua opinião relativa à importância da dignidade humana na política populacional. A Santa Sé poderia ter feito isso de forma mais convincente, afirmando vigorosamente as muitas características positivas desse documento e engajando-se em um diálogo construtivo com o mundo nas questões complexas da reprodução e sexualidade

Esta parte do documento discute como as preocupações das delegações da Santa Sé sobre três princípios - direitos humanos das mulheres, direito à saúde e a definição de

família - conduziu a reservas sobre vários objetivos da Conferência do Cairo. O desacordo estava em discussão, uma vez que a Igreja historicamente tem apoiado todos os três princípios. No entanto, uma distância existe entre aquilo que o Vaticano disse no Cairo e aquilo que a tradição católica permite o Vaticano dizer. Na realidade, afirmações oficiais da Igreja poderiam ter sido trazidas para apoiar as posições das Nações Unidas no que diz respeito às mulheres, saúde e família.

Nessa seção vamos reexaminar a Conferência do Cairo sob a perspectiva dos ensinamentos católicos, tendo em conta os desenvolvimentos recentes dentro do pensamento eclesial e da teologia e as realidades das vidas das mulheres. Cabeçalhos sublinhados em cada seção indicam princípios do capítulo dois, seguidos da linguagem precisa do corpo do Programa de Ação e de uma declaração da delegação da Santa Sé sobre o princípio e por fim uma breve análise. Após cada princípio há inúmeros exemplos em que os desacordos tornam-se mais agudos. (Por exemplo, as duas subseções para “direitos humanos das mulheres” são “empoderamento das mulheres” e “direitos reprodutivos”). Por último, cada uma dessas subseções é seguida de citações selecionadas de declarações da Igreja que demonstram o apoio católico à Conferência do Cairo na questão.

Direitos Humanos das Mulheres

Princípio 4 do Programa de Ação:

O avanço da igualdade e justiça em questões de gênero e o “empoderamento” das mulheres e a eliminação de todo e qualquer tipo de violência contra as mulheres e a garantia de controle de sua própria fertilidade por parte das mulheres, são o ponto de partida para programas

relacionados à questões de população e desenvolvimento. Os direitos humanos das mulheres e meninas são uma parte inalienável, integrante e indivisível dos direitos humanos universais. A total e completa participação das mulheres na vida civil, cultural, econômica, política e social, em níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação baseadas no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional.

A Delegação da Santa Sé sobre os Direitos Humanos das Mulheres:

. . . seria extremamente perigoso para a comunidade internacional proclamar novos "direitos humanos fundamentais" os quais mais do que baseados no que é essencial para a dignidade humana ou o bem comum da humanidade são baseados em preferência individual ou em uma ideologia particular. A comunidade internacional tem sido, legitimamente, bastante comedida ao criar "novos direitos" ou ampliar a aplicação do direitos humanos largamente reconhecidos. Diluir os direitos humanos significa enfraquecer gravemente seu impacto e a capacidade da comunidade internacional para exigir seu respeito absoluto.¹⁶

Como parte do novo paradigma de desenvolvimento criado no Cairo, os direitos humanos das mulheres foram considerados legitimamente como objetivo principal. Anterior à Conferência do Cairo, as vidas das mulheres nem sempre eram tratadas com dignidade e respeito nas políticas populacionais; as mulheres foram muitas vezes respeitadas apenas em termos de sua capacidade reprodutiva, e suas aspirações e necessidades foram postas em segundo plano em relação aos resultados demográficos.

Enquanto a Igreja se faz fortemente presente ao apoiar a dignidade humana e condenar os abusos aos direitos humanos (como foi discutido na parte I sobre a Universalidade dos Direitos Humanos), sua postura com

¹⁶Declaração feita no início da IIIª sessão do Precom: 12.

respeito aos direitos humanos das mulheres é ambígua. Não é o caso dizer de que os ensinamentos da Igreja não apoiam a igualdade entre homens e mulheres ou a dignidade das mulheres, mas que o Vaticano tem demonstrado possuir uma compreensão limitada sobre os direitos humanos das mulheres, e em particular, sobre a capacidade das mulheres de controlar sua própria fertilidade.

A Santa Sé é cuidadosa em nunca declarar a igualdade entre homens e mulheres, sem a qualificar, em geral com a expressão: "dignidade especial das mulheres". Na visão mundial do Vaticano, os homens são os seres humanos normativos e as mulheres são vistas primariamente em termos de suas capacidades reprodutivas e da maternidade. O que parece ser um princípio válido - a dignidade das mulheres - na realidade restringe sua igualdade e opções. Nunca tal suposição é feita em relação aos homens, cuja dignidade é presumida simplesmente pela origem de sua humanidade.¹⁷

Quando o Vaticano trata de direitos para as mulheres, esses são com freqüência, direitos que devem ser protegidos pela ação de outros. Não são direitos políticos, sociais ou econômicos mediante os quais as próprias mulheres exercem o poder como agentes morais autônomos. Enquanto o Vaticano, de fato, apoia a universalidade dos direitos humanos, a divisão existe entre o Vaticano e as declarações que defendem os direitos humanos das mulheres sobre o que é um direito humano. No caso de direitos humanos relacionados à saúde reprodutiva, sexualidade e "empoderamento" das mulheres, o Vaticano crê que as feministas do Ocidente, entre outras, estão tentando estabelecer "novos" direitos. Na verdade, Cairo não buscou, em princípio, uma ampliação dos direitos humanos, mas sim uma ampliação daquilo que a comunidade global quer dizer quando fala de direitos humanos.

¹⁷Grupo de Convergência Mulher-Igreja, *Equal is as Equal Does: Challenging Vatican Views on Women*, Washington, D.C.: Women-Church Convergence, 1995:p.5.

O apoio católico aos direitos humanos das mulheres vem da tradição bíblica de igualdade entre homens e mulheres. Teólogos, homens e mulheres, trabalhando dentro da tradição católica redescobriram o papel das mulheres nas Escrituras e na tradição primitiva e compreenderam que esse papel é mais aberto, criativo e decisivo que a atual política do Vaticano. As Escrituras abrem o primeiro capítulo do Gênesis com o grandioso tema da igualdade entre o homem e a mulher no relato da criação. Não apenas as mulheres não são subordinadas, como há uma igualdade radical entre eles. As Escrituras cristãs nos mostram com que tranqüilidade Jesus trouxe mulheres para o seu discipulado. A maior de todas as mensagens de Cristo, a experiência Pascal, nasce mediante uma mulher que se torna a apóstola dos apóstolos e, de fato, sua mestra. Paulo prontamente fala do proeminente papel que as mulheres possuem na formação da Igreja Primitiva: mulheres foram indicadas como diaconisas, colaboradoras e até mesmo apóstolas (Carta aos Romanos 16).

Essa discrepância entre as declarações da delegação da Santa Sé no Cairo e os ensinamentos da Igreja se manifestou nas críticas da delegação às áreas do Programa de Ação: “empoderamento” das mulheres e direitos reprodutivos.

“Empoderamento” das Mulheres

Parágrafo 4.1 do Programa de Ação:

O “empoderamento” e autonomia das mulheres e a melhoria de sua posição política, social, econômica e na saúde é um fim em si mesmo altamente importante. Além disso, é essencial para se alcançar o desenvolvimento

sustentável. . . Em todas as partes do mundo, mulheres enfrentam ameaças às suas vidas, saúde e bem-estar como resultado do desgaste causado pelo trabalho excessivo e pela falta de poder e influência. . .

Ainda, melhorar a condição das mulheres também aumenta sua capacidade de tomar decisões em todos os níveis e esferas da vida, especialmente no campo da sexualidade e reprodução, que por sua vez é essencial para o constante sucesso dos programas populacionais. A experiência mostra que programas populacionais e de desenvolvimento são mais eficientes quando passos simultâneos são dados em direção à melhoria da condição das mulheres.

A Delegação da Santa Sé sobre o "Empoderamento" das Mulheres:

Enquanto valores culturais não justificam privar as mulheres de seus direitos ou oportunidades, mudanças nas atitudes sociais e comportamentais mais de acordo com os ideais modernos não podem ser impostos externamente. Um processo de educação e sensibilização deve acontecer em cada nação.¹⁸

A atenção da Conferência de Cairo sobre o "empoderamento" das mulheres é um momento culminante de décadas de progresso no campo de população e desenvolvimento. Isso tomou vulto à medida que as mulheres entraram no diálogo internacional e pesquisas mostraram que a condição da mulher era um fator no tamanho da família e na eficácia dos programas de desenvolvimento. Cairo foi o primeiro documento das Nações Unidas sobre população que explicitamente reconhece a importância dos direitos das mulheres como um fator crucial no desenvolvimento, e de fato, como um objetivo válido em si mesmo. Cairo declarou que as políticas

¹⁸Documento Interno do Vaticano: Notas sobre a Versão Final do Documento da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, 24 de Janeiro de 1994: p.5.

de desenvolvimento não deveriam centrar-se no controle da fertilidade das mulheres, mas no “empoderamento” das mulheres para que tomem decisões sobre sua própria reprodução. Esse “empoderamento” poderia avançar garantindo o acesso à informação e recursos e fornecendo condições sociais, políticas e econômicas para que se favoreça a tomada autônoma de decisões.

O Vaticano e o próprio Papa João Paulo II têm falado sobre o “empoderamento” das mulheres e pedem o apoio das mulheres em seus papéis como mães e trabalhadoras. Mas essa visão bastante positiva da mulher na esfera pública é apresentada com uma ênfase no papel da mulher como mãe: “A (verdadeira promoção da mulher) exige que o trabalho seja estruturado de tal maneira que ela não se veja obrigada a pagar a própria promoção com o ter de abandonar a sua especificidade e com detrimento da sua família, no qual ela, como mãe, tem um papel insubstituível.¹⁹

O apoio do Vaticano ao “empoderamento” econômico das mulheres diminui quando ele conduz as mulheres a uma conscientização de sua sexualidade e opções reprodutivas. À medida que a tradição católica se desenvolveu, os homens se tornaram norma para a experiência humana, e as mulheres, muito rapidamente, foram definidas nos ensinamentos da Igreja em termos de suas capacidades reprodutivas e maternais. Além do mais, os papéis das mulheres na vida familiar, no local de trabalho e na política foram limitados e entendidos em relação a essa antropologia. Nesse cenário pouco se acrescenta às mulheres simplesmente porque são humanas. As mulheres são elogiadas, mais freqüentemente, quando são submissas, quando são mães e quando servem às necessidades dos homens e seus filhos. Nessa estrutura, o Vaticano vê o exercício dos direitos humanos das mulheres como ameaça à unidade familiar tradicional.

¹⁹João Paulo II, *Laborem Exercens*, 19.

Apesar de a Igreja falar das contribuições que as mulheres podem dar no fórum público, essa convicção não se estende ao papel da mulher na Igreja. Atos falam mais alto que palavras. Nenhuma mulher é ordenada na Igreja Católica. A estrutura governamental da Santa Sé não inclui as mulheres em postos de decisão ou na política e não há mulheres no principal colégio eleitoral da Igreja, o Colégio de Cardeais. Não há exigência alguma para que se consulte as mulheres com respeito à elaboração ou conteúdos dos documentos do Vaticano e não há indicações que tais consultas ocorram voluntariamente, exceto em exemplos bastante limitados e raros.

Políticas oficiais da Igreja proibindo formas importantes de participação das mulheres na Igreja criam dificuldade para que as pessoas acreditem que a Igreja esteja comprometida com a igualdade entre os sexos. Dificilmente, para não dizer impossivelmente, essas políticas de exclusão derivam da Escritura ou da Tradição. Isso enfraquece ainda mais a posição do Vaticano.

Não podemos esperar que uma Igreja demasiado humana esteja séculos adiante do desenvolvimento cultural da igualdade entre os sexos. Contudo, é imperdoável quando a Igreja parece estar atrás, ou pior, recusa tal desenvolvimento.

Declarações da Igreja sobre o Apoio ao "Empoderamento" das Mulheres

... É por demais conhecido o fato do ingresso da mulher na vida pública: mais acentuado talvez em povos de civilização cristã; mais tardio, mas já em escala considerável, em povos de outras tradições e cultura. Torna-se a mulher cada vez mais consciente da própria dignidade humana, não suporta mais ser tratada como objeto ou instrumento, reivindica direitos e deveres

convenientes a sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social. (João XXIII, *Pacem in Terris*, 1963, 41.)

Ao criar o homem "varão e mulher", Deus dá a dignidade pessoal de igual modo ao homem e à mulher, enriquecendo-os com os direitos inalienáveis e as responsabilidades que são próprias da pessoa humana. Deus manifesta ainda na forma mais elevada possível a dignidade da mulher, ao assumir Ele mesmo a carne humana da Virgem Maria, que a Igreja honra como Mãe de Deus, chamando-a nova Eva e propondo-a como modelo da mulher redimida. O delicado respeito de Jesus para com as mulheres a quem chamou ao seu séquito e amizade, a aparição na manhã da Páscoa a uma mulher antes que aos discípulos, a missão confiada às mulheres de levar a boa-nova da Ressurreição aos apóstolos, são tudo sinais que confirmam a especial estima de Jesus para com a mulher. Dirá o Apóstolo Paulo: "Porque todos vós sois filhos de Deus, mediante a fé em Jesus Cristo. . . Não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo Jesus". (João Paulo II., *Familiaris Consortio*, 1981, 22.)

Infelizmente, somos herdeiros de uma história com imensos condicionamentos que, em todos os tempos e latitudes, tornaram difícil o caminho da mulher, ignorada na sua dignidade, deturpada nas suas prerrogativas, não raro marginalizada e, até mesmo, reduzida à escravidão. Isto a impediu de ser profundamente ela mesma e empobreceu a humanidade de autênticas riquezas espirituais. (João Paulo II., *Carta às Mulheres*, 1995, 3.)

Urge conseguir, onde quer que seja, a igualdade efetiva dos direitos da pessoa, e, portanto, idêntica remuneração salarial por categoria de trabalho, tutela da mãe trabalhadora; justa promoção na carreira, igualdade entre cônjuges no direito da família, o reconhecimento de tudo

quanto está ligado aos direitos e aos deveres do cidadão num regime democrático. (João Paulo II., Carta às Mulheres, 1995, 4)

Direitos Reprodutivos

Parágrafo 7.3 do Programa de Ação:

Tendo em mente a definição acima (veja próxima lista sob Direitos Reprodutivos), direitos reprodutivos envolvem certos direitos humanos que já são reconhecidos por leis nacionais, documentos internacionais de direitos humanos e outros documentos de consenso. Esses direitos baseiam-se no reconhecimento do direito básico de todos os casais e indivíduos decidirem livremente e com responsabilidade, quando e como ter suas crianças e obter informação e meios para fazê-lo, e o direito aos mais altos padrões de saúde sexual e reprodutiva. Isso também inclui os direitos de tomar decisões concernentes à reprodução livre de discriminação, coerção e violência, como expresso em documentos de direitos humanos. No exercício desse direito, eles deveriam considerar as necessidades das presentes e futuras crianças e suas responsabilidades para com a comunidade. A promoção do exercício responsável desses direitos para todas as pessoas deveria ser a base fundamental das políticas e programas de apoio ao governo e à comunidade na área de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar. Como parte de seu compromisso, total atenção deveria ser dada à promoção de relações justas de mútuo respeito entre os sexos, particularmente para satisfazer as necessidades educacionais e assistenciais dos adolescentes de forma a capacitá-los a lidar responsável e positivamente com sua própria sexualidade.

A Delegação da Santa Sé gostaria de ver mais claramente definidos os conteúdos específicos, extensão e limites do conceito proposto de "direitos reprodutivos". . . A Santa Sé apoiará tal noção de "saúde reprodutiva": uma noção que seja aberta à criação de um ambiente em que mulheres e homens possam tomar decisões livres e responsáveis que permitirão a procriação, sem risco à sua saúde ou de suas crianças. No entanto, a Santa Sé não pode apoiar qualquer conceito de "direitos reprodutivos" que inclua o aborto como forma apropriada de planejamento familiar ou a noção de um direito fundamental internacionalmente reconhecido do aborto.²⁰

Em defesa da pessoa humana, a Igreja opõe-se à imposição de limites ao tamanho da família, e à promoção de métodos que limitem os nascimentos, os quais separam as dimensões unificadora e procriativa da relação marital, o que é contrário à lei moral inscrita no coração humano ou constitui uma violência à sacralidade da vida.²¹

O Vaticano recentemente apoiou os direitos das mulheres na sociedade, mas continua a negar às mulheres os seus direitos reprodutivos. A Conferência do Cairo, ao definir saúde reprodutiva, foi além afirmando os direitos reprodutivos como aspecto integrante dos direitos humanos. De acordo com o Programa de Ação, direitos reprodutivos são fundamentados em direitos humanos previamente reconhecidos, tais como o direito à integridade e não discriminação do corpo, e especificamente o direito de decidir livremente quantos filhos ter, como tê-los e a autonomia reprodutiva - um direito reconhecido primeiramente em 1968 na Conferência Internacional de Direitos Humanos em Teerã, Irã.²²

²⁰ Declaração feita no início da IIIª sessão do PrepCom: 13.

²¹ João Paulo II, Statement to Nafis Sadik, 18 de março de 1994: 5.

²² A Proclamação de Teerã falou o seguinte a respeito de direitos reprodutivos: "Os pais tem direito básico de determinar livremente e com responsabilidade o número de filhos e quando tê-los." Conferência Internacional das Nações Unidas, Proclamação de Teerã, (Teerã, Irã), 13 de maio de 1968.

No Cairo, o Vaticano fez objeções ao tratamento que o Programa de Ação dá aos direitos reprodutivos, escolhendo esse momento para invocar a preservação da cultura e tradição e anunciando o perigo de se estabelecer “novos direitos humanos fundamentais”.²³ No entanto, os ensinamentos católicos fornecem vários elementos que apoiam os direitos reprodutivos, primeiramente a Tradição da Igreja advoga a universalidade dos direitos humanos. Como já foi dito antes (cf. parte I, Princípio 1), o Vaticano reconhece que a dignidade humana está ligada à capacidade de exercício do livre-arbítrio e consciência individual. No mundo contemporâneo, as religiões ganham credibilidade e tornam-se persuasivas em relação à importância do livre-arbítrio, oferecem alternativas e assim guiam ou persuadem as pessoas apelando para causas mais nobres.

Há algo desrespeitoso e moralmente ofensivo quanto a impor obrigações sobre as mulheres sem permitir que tenham voz e voto sobre suas próprias vidas e as conseqüências que talvez tenham que suportar. Deve-se acreditar nas mulheres, em sua maioria, no que diz respeito às questões de vida e à tomada de decisões. Participação política, igualdade no local de trabalho, proteção contra violência - todos esses direitos que têm o apoio do Vaticano - não podem ser abordados sem antes afirmar a capacidade moral e integridade das mulheres. Não se pode esperar das mulheres que tomem decisões livremente fora do lar se a sociedade ou a Igreja não considerar sua capacidade de decidir a respeito das atividades reprodutivas de seus corpos.

Os ensinamentos da Igreja sobre o bem comum e justiça nos mostram que não podemos alcançar a ordem moral se os indivíduos são coagidos ou reprimidos. Porque as mulheres na Igreja são excluídas do processo de definição dos elementos para o bem comum, os direitos reprodutivos

²³Declaração feita no início da sessão III do PrepCom: 12.

não têm sido adequadamente abordados na Igreja Católica. As mulheres, na verdade todas as pessoas, agem melhor quando dialogam, e não apenas quando obedecem a ordens.

O Vaticano escolheu esse momento nas negociações da Conferência do Cairo para discutir a defesa da cultura, argumentando, por exemplo, que o acesso à contracepção e aborto legal são extremamente inaceitáveis em outras culturas e que democracia não cabe na cultura do Vaticano. Isso pode ser verdade, mas levanta a questão sobre quem define essa cultura. Tal "sensibilidade" à cultura não é evidente quando a cultura das mulheres, por exemplo, está em questão ou quando a culturas que fortemente apoiam a contracepção e o aborto legal são negadas essas opções porque não aderem à visão do Vaticano sobre uma política pública aceitável.

Critica-se a cultura ocidental como sendo muito feminista e favorecedora de alternativas mais tradicionais. Contudo, quando os bispos africanos e asiáticos pedem por atitudes que diferem da posição do Vaticano, como fizeram em Sínodos recentes em Roma, estes não são ouvidos. Quando as mulheres do Sul e do Leste falam aos delegados sobre a importância dos direitos reprodutivos e da saúde, suas posições são repudiadas. Cultura tem sido utilizada para silenciar a voz das mulheres no diálogo sobre direitos reprodutivos. Certamente aquelas que correm riscos a cada gravidez deveriam ter uma voz decisiva e poder escolher por si mesmas.

Declarações da Igreja Apoiando os Direitos Reprodutivos

Consiste tal liberdade no seguinte: os homens todos devem ser imunes da coação tanto por parte de pessoas particulares quanto de grupos sociais e de qualquer poder

humano, de tal sorte que em assuntos religiosos ninguém seja obrigado a agir contra a própria consciência, nem se impeça de agir de acordo ela, em particular e em público, só ou associado a outrem, dentro dos devidos limites.(Vaticano II, *Dignitatis Humanae*, 1965,2.)

... (Os pais) desempenharão seu múnus com responsabilidade cristã e humana. E, num respeito cheio de docilidade para com Deus, formarão um juízo reto, de comum acordo e empenho, atendendo ao bem próprio e ao bem dos filhos, seja já nascidos, seja que se prevêem nascer, discernindo as condições materiais e espirituais dos tempos e do estado de vida e finalmente levando em conta o bem comum da comunidade familiar, da sociedade temporal e da própria Igreja.(Vaticano II, *Gaudium et Spes*, 1965, 50)

. . . Esta dignidade é conculcada, em nível individual, quando não são devidamente levados em conta valores como a liberdade, o direito a professar a religião, a integridade física e psíquica, o direito aos bens essenciais e à vida. É conculcada, em nível social e político, quando a pessoa não pode exercer seu direito de participação ou é sujeito a injustas e ilegítimas coerções, ou submetido a torturas física ou psíquicas etc.(João Paulo II., *Palavra à Terceira Conferência do Episcopado Latino Americano*, Puebla, 1979, 3,1)

Declarações da Igreja sobre Consciência Individual

O homem tem o direito de agir com consciência e liberdade, a fim de tomar pessoalmente as decisões morais. "O homem não pode ser forçado a agir contra a própria consciência. Mas também não há de ser impedido de proceder segundo a consciência, sobretudo em matéria religiosa"(Catecismo da Igreja Católica, 1782).

Os ditames da lei divina, o homem por sua vez os percebe e conhece mediante a própria consciência. É obrigado a segui-la com fidelidade em toda a atividade para chegar a Deus, seu fim. Não pode, assim, ser forçado a agir contra a própria consciência. Mas também não há de ser impedido de proceder segundo consciência, sobretudo em matéria religiosa. (Vaticano II, *Dignitatis Humanae*, 1965, 3)

Declarações da Igreja sobre o Bem Comum

..., o bem comum exige o bem-estar social e o desenvolvimento do próprio grupo. O desenvolvimento é o resumo de todos os deveres sociais. É claro, cabe à autoridade servir de árbitro, em nome do bem comum, entre os diversos interesses particulares. Mas ela deve tornar acessível a cada um aquilo de que precisa para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de fundar um lar etc. (*Catecismo da Igreja Católica*, 1908)

..., o ministério católico da saúde procura contribuir para o bem comum. O bem comum é concretizado quando as condições econômicas, políticas e sociais garantem proteção aos direitos fundamentais de todos os indivíduos, e capacita a todos alcançar suas propostas e objetivos comuns. (Conferência Nacional de Bispos Católicos, *Ethical and Religious Directives for Catholic Health Care Services*, 1994, 20)

Direito à Saúde

Princípio 8 do Programa de Ação

Todos têm direito a gozar do mais alto padrão disponível de saúde física e mental. Os Estados deveriam tomar todas

as medidas necessárias para garantir, nos termos de igualdade entre homens e mulheres, acesso total e completo aos serviços de saúde, inclusive aqueles relativos à saúde reprodutiva, que abrangem planejamento familiar e saúde sexual. Programas de saúde reprodutiva deveriam fornecer a mais ampla variedade de serviços sem qualquer forma de coerção. Todos os casais e indivíduos possuem o direito básico de decidir livremente e com responsabilidade quantos filhos querem ter e o intervalo de tempo entre eles e obter informação, educação e meios para isso.

A Delegação da Santa Sé sobre Saúde:

Um dos novos conceitos sugeridos para aprovação pela Conferência do Cairo, é o chamado saúde reprodutiva. . . (isso) é claro, poderia ser considerado de forma positiva, se fosse utilizado para ajudar as mulheres a exercer sua vocação à maternidade em ótimas condições de saúde, possibilitando educação, cuidados básicos de saúde, serviços de emergência e cuidado pós-natal para a mãe a criança. Mas, de fato, eles são interpretados de uma forma ideológica. Como tal, eles se referem a prerrogativas de indivíduos sem qualquer referência ao matrimônio.²⁴

O apoio da Igreja ao direito à saúde possui base bíblica na tradição curativa de Cristo. Um “direito a tratamento médico” é estabelecido em *Pacem in Terris* e o Catecismo da Igreja Católica entrega a responsabilidade de se respeitar a saúde a toda sociedade. João Paulo II freqüentemente exorta as nações para que providenciem cuidados na área da saúde a todos os cidadãos como direito básico necessário para a dignidade humana. Ao reconhecer a universalidade do direito à saúde, a Igreja Católica está reconhecendo a necessidade da saúde ser independente de geografia, língua, etnia, gênero ou religião.

Enquanto a Igreja Católica afirma o direito à saúde como um direito fundamental, absolutamente necessário à

²⁴Msg. Diarmuid Martin, The Cairo Conference, 26 de Abril de 1994: p. 3.

dignidade humana, o Vaticano não apoia a saúde quando aplicada a reprodução e sexualidade, como foi claramente demonstrado nas objeções da Santa Sé nas seções sobre saúde reprodutiva, maternidade segura, aborto, saúde e educação sexuais para os adolescentes como foi aceito no Cairo. A questão era como especificar e definir saúde.

Saúde Reprodutiva

Parágrafo 7.2 do Programa de Ação:

Saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade, em todas as questões relativas ao sistema reprodutivo e suas funções e processos. Por essa razão, saúde reprodutiva implica que as pessoas sejam capazes de ter uma vida sexual feliz e satisfatória e que tenham a capacidade de se reproduzir e a liberdade para decidir se, quando e como fazê-lo. Implícito a esta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de terem acesso a métodos efetivos, acessíveis e aceitáveis para o planejamento familiar de sua escolha, bem como a outros métodos de sua escolha para o controle da fertilidade que não sejam ilegais, e o direito de terem acesso a serviços de saúde apropriados que propiciarão às mulheres ter uma gravidez e parto saudáveis e seguros, contribuindo para que os casais tenha melhores chances de ter uma criança saudável.

Parágrafo 7.6 do Programa de Ação:

Todos os países deveriam se esforçar, mediante o sistema básico de saúde, por tornar a saúde reprodutiva acessível a todos os indivíduos dentro da faixa etária devida; e isso o quanto antes até 2015. Saúde reprodutiva no contexto

do sistema básico de saúde deveria, entre outras coisas, incluir: aconselhamento para planejamento familiar, informação, educação, comunicação e serviços; educação e assistência pré-natal, parto seguro e assistência pós-natal, especialmente em relação à amamentação e cuidados na saúde da criança e da mãe; prevenção e tratamento apropriado de infertilidade, aborto, como especificado no parágrafo 8.25, incluindo prevenção ao aborto e administração de suas conseqüências; tratamento de infecções reprodutivas; doenças sexualmente transmissíveis e outras condições de saúde reprodutiva; informação e devida educação e aconselhamento, em sexualidade humana, saúde reprodutiva e paternidade e maternidade responsáveis.

Delegação da Santa Sé sobre Saúde Reprodutiva:

A transmissão responsável da vida e os cuidados dos pais caminham juntos. A Santa Sé não pode validar métodos de planejamento familiar que fundamentalmente separam estas duas dimensões essenciais da sexualidade humana, e expressará sua posição sobre tais métodos através das devidas objeções. A Santa Sé está também preocupada - e deve expressar tal preocupação - sobre alguns aspectos específicos dos métodos de planejamento familiar, os quais não foram tratados explicitamente nos textos da Conferência, e que foram obviamente inclusos sob o termo geral "serviços de planejamento familiar".²⁵

(De acordo com o Programa de Ação) "o objetivo do programa de planejamento familiar deve estabelecer a mais ampla liberdade de escolha possível em relação a questões de procriação". Isso desvaloriza a família e encoraja a atividade extra-conjugal.²⁶

... a referência ao "direito a ter acesso aos métodos de controle da fertilidade que são seguros, eficazes, acessíveis e aceitáveis". . . é, com efeito, o aborto à vista.²⁷

²⁵Arcebispo Renato R. Martino, Declaração feita na ICPD, 07 de setembro de 1994: p.6.

²⁶Notas na Versão Final do Documento da ICPD: p.7.

²⁷Joaquín Navarro-Valls, Porta-Voz do Papa e Delegado da Santa Sé no Cairo, Declaração em Roma, 31 de Agosto de 1994: 8.

A delegação possui reservas em relação ao uso do termo "planejamento familiar", indicando que a Santa Sé interpretará isso de acordo com o ensinamento da ética católica.²⁸

(O único método de planejamento familiar que o Vaticano considera coerente com a ética católica é a abstinência periódica.)

O documento produzido no Cairo foi o primeiro documento das Nações Unidas a definir explicitamente a saúde reprodutiva. Muitas expressões incluídas nas ações recomendadas para se obter saúde reprodutiva e sexual não são controversos, tais como pré-natal, pós-natal, cuidados com a mãe e tratamento aos portadores de HIV. No entanto, mesmo essa seção do Programa de Ação provocou numerosas objeções do Vaticano, como foi visto acima.

Além do forte apoio da Igreja à saúde como direito humano fundamental, os cuidados em saúde, na perspectiva católica, são guiados pela tradição de tratar a pessoa como um todo, reconhecendo que separar o corpo da alma ou tratar somente um aspecto não é o melhor método para se promover a saúde global. Ainda, a liderança da Igreja uma vez mais destaca saúde reprodutiva e tenta limitar os serviços e informação disponíveis nesse aspecto da saúde. Para as mulheres, saúde reprodutiva é saúde global. Aspectos fundamentais do bem-estar das mulheres estão comprometidos quando a saúde reprodutiva é ignorada. De certa forma, as mulheres são associadas à reprodução e à biologia se apenas a abstinência periódica ("planejamento familiar natural") é tolerada.

Para dizer ao mundo que o "planejamento familiar natural" é a única forma pela qual a gravidez pode ser evitada é falar em vão. O mundo sabe que tal ensinamento é rejeitado, por uma virtual unanimidade, pelos casais católicos e pela vasta maioria dos teólogos católicos. Os

²⁸Joaquin Navarro-Valls, Porta-Voz do Papa e Delegado da Santa Sé no Cairo, Questões na Conferência do Cairo, 6 de setembro de 1994: 9.

registros históricos mostram que todos as comissões de cardeais e bispos formadas pelo Papa para tratar essa questão recomendam uma mudança no ensinamento da Igreja e a aceitação de métodos artificiais de contracepção como uma opção moral. A proibição da contracepção artificial não é tanto ensinamento da Igreja, mas sim ensinamento papal.

Além disso, o ensinamento católico sobre paternidade e maternidade responsáveis fortemente rejeita a coerção por qualquer grupo ou indivíduo que tentar impedir casais de tomar decisões responsáveis sobre procriação. Negar acesso à informação sobre certas opções foi percebido por muitos na comunidade mundial como moral e praticamente coercitivo em si mesmo, especialmente quando o acesso à informação é negado àqueles que não são católicos ou cuja consciência lhes diz que esta é uma opção moral. De qualquer forma, mesmo de acordo com o ensinamento da Igreja, sem opções não se pode agir moralmente. O Vaticano permanece livre para abordar e influenciar as consciências das pessoas mediante a persuasão moral. A comunidade mundial rejeita, no entanto, os esforços para eliminar completamente o acesso à contracepção artificial, esterilização e aborto por meio de ação legal ou punição.

Declarações da Igreja sobre Saúde Reprodutiva

Noventa por cento de (os teólogos na comissão de controle de natalidade) concluíram que o controle da natalidade não é intrinsecamente mau e que o ensinamento contra a contracepção poderia ser mudado. (Patty Crowley, Membro leigo da Comissão Papal de Controle da Natalidade, 1996)

Não estamos promovendo o uso de profiláticos, mas meramente fornecendo informação, a qual faz parte dos fatos. Tal apresentação fatural deveria indicar que a

*abstinência fora do casamento e fidelidade dentro do casamento, bem como evitar o abuso no uso de drogas injetáveis, são o único meio moralmente correto e medicalmente seguro para prevenir a proliferação da AIDS. As chamadas práticas de "sexo seguro" são, na melhor das hipóteses, parcialmente eficientes. Elas não levam em consideração nem os valores reais que estão em jogo, nem o bem fundamental da pessoa humana. (Conselho Administrativo da Conferência Católica dos Estados Unidos da América, *The Many Faces of AIDS: A Gospel Response*, 1987, 486)*

*A Igreja promove métodos naturais de planejamento familiar. Mas, entendemos que muitos casais católicos têm dificuldade em aceitar essa opção. Em última análise, a consciência humana constitui a autoridade decisiva na ética pessoal. . . deve-se considerar o alto número de abortos entre mães solteiras e a proliferação da AIDS. É um dever moral prevenir tamanho sofrimento, mesmo se o mencionado comportamento não pode ser condenado em muitos casos. . . a Igreja também deve ajudar aqueles, especialmente as mulheres, que percebem que a sua condição de vida não permite a prática da (abstinência periódica). A Igreja. . . deve respeitar a tomada de decisões responsáveis por parte dos casais. (Conferência dos Bispos Alemães, *Bevölkerung-wachstum und Entwicklungsförderung (Política de População e Desenvolvimento)*, 1993)*

*Coerção de qualquer tipo, seja sobre nações, grupos, ou casais, é inaceitável. Infringir a liberdade de casais de tomar decisões morais e responsáveis relativas ao intervalo entre os nascimentos e o seu número é uma ofensa contra a dignidade e justiça humanas. (Declaração da Comissão de Atividades Pró-Vida, Conferência Nacional dos Bispos, *Population & the Ideology of Choice*, 1994)*

(O uso de preservativo) pode ser entendido no caso de pessoas cuja atividade sexual é parte integrante de seu

estilo de vida e para aqueles (cuja atividade sexual) representa um sério risco; mas deve-se dizer com firmeza que tal método não promove uma sexualidade madura. (Conselho dos Bispos Franceses, AIDS: Society in Question, 1996)

Quando um adulto, tão maduro quanto se pode ser nessa área, considera que ele não pode viver sem relações sexuais e há um risco, é melhor usar o preservativo. Isso é óbvio. (Bispo Albert Rouet de Pitiers, Presidente da Comissão Social, declaração feita em 13 de Fevereiro de 1996).

Maternidade Segura

Parágrafo 8.19 do Programa de Ação:

Complicações relativas à gravidez e ao nascimento do bebê estão entre as principais causas de mortalidade das mulheres na fase fértil, em muitas partes do mundo em desenvolvimento. Em um nível global, estima-se que cerca de meio milhão de mulheres morrem a cada ano devido a problemas relacionados com a gravidez, 99 por cento delas estão em países em desenvolvimento. . . Maior atenção às necessidades reprodutivas das adolescentes e mulheres jovens poderia prevenir esse alto índice de mortalidade mediante a prevenção de gravidezes indesejadas e quaisquer conseqüências de abortos realizados em condições desfavoráveis. A maternidade segura é aceita em muitos países como uma estratégia para reduzir a mortalidade materna.

Parágrafo 8.20 do Programa de Ação:

Os objetivos são: (a) promover a saúde das mulheres e a maternidade segura; alcançar uma rápida e substancial

redução na mortalidade materna e reduzir as diferenças observadas entre países em desenvolvimento e desenvolvidos no interior desses países. Com base no compromisso assumido em relação à saúde e bem-estar das mulheres, reduzir de forma significativa o número de mortes e males causados por abortos realizados em condições desfavoráveis; (b) melhorar a condição de saúde e nutricional das mulheres, especialmente das grávidas e lactantes.

Parágrafo 8.23 do Programa de Ação:

Todos os países, especialmente os países em desenvolvimento, com o apoio da comunidade internacional, deveriam ter como objetivo reduzir ainda mais a mortalidade materna através de medidas de prevenção, detectar e assistir gravidezes e nascimentos de alto risco, em particular de adolescentes e mulheres que dão à luz em idade avançada.

Delegação da Santa Sé sobre Maternidade Segura:

Deve-se dar maior atenção ao papel social das mães e apoio aos programas os quais têm como objetivo diminuir os índices de mortalidade materna, propiciando assistência pré e pós-natal, suprimindo as necessidades de mulheres grávidas e lactantes e ajudando as mães a proporcionar cuidados preventivos a seus filhos. Com respeito a isso deve-se dar maior atenção aos benefícios da amamentação para nutrição e prevenção de doenças nas crianças, bem como para estreitar os laços entre a mãe e o bebê e o intervalo entre os nascimentos.²⁹

²⁹Declaração a Nafis Sadik: 8.

O parágrafo 8.16-8.19 chama a atenção de todos os países para "eliminar todas as mortes causadas por

a igreja católica e a
conferência do cairo:

abortos realizados sob condições desfavoráveis” ou “eliminar todas as gravidezes indesejadas e todos os abortos realizados sob condições desfavoráveis”, algo claramente impossível.³⁰

O Vaticano põe entre aspas o termo “maternidade segura” na versão do Programa de Ação e levantou objeções com relação ao seu uso na Conferência do Cairo. Sua oposição ao termo, afirma a delegação do Vaticano, baseou-se no medo de que sua inclusão abriria a porta para o aborto.³¹ Mas, “maternidade segura”, por definição, cobre muitos serviços e programas que a Igreja inequivocamente apoia, incluindo esforços para melhorar a saúde das mulheres na gravidez através da assistência pré-natal e nutrição.

Todas as mulheres enfrentam riscos na gravidez e no parto. Mulheres pobres enfrentam especialmente altos riscos. Por exemplo, a Bolívia, o país mais pobre na América do Sul, possui um índice de mortalidade materna de 600 para cada 100.000 nascimentos,³² comparado com apenas 12 para cada 100.000 nos Estados Unidos.³³

A decisão da delegação do Vaticano de rejeitar claramente o termo “maternidade segura” sem qualquer tentativa de se fazer uma distinção entre a aceitação dos componentes que isso apoia e sua resistência ao aborto sem exceção, conduziu a uma posição discrepante sobre maternidade. A vida de todas as mulheres é passível de defesa, e não é sincero por parte da Igreja defender a vida enquanto se opõe, ao mesmo tempo, às medidas necessárias para salvar as vidas das mulheres. A recusa do Vaticano em apoiar a maternidade segura no Cairo dá a impressão de que a saúde da mulher é algo secundário em relação a suas funções reprodutivas.

Declarações da Igreja sobre Maternidade Segura

A Santa Sé advoga a continuidade de melhorias em ambos os serviços de pré e pós-natal para as mães e as

³⁰Notas na Versão Final do Documento da ICPD: p.7.

³¹Dennis Poust, “No Consensus”, Catholic New York, 28 de Abril de 1994.

³²Fundo para População das Nações Unidas, The State of World Population 1997, New York: UNFPA 1996, p.86.

³³The Alan Guttmacher Institute, “The Role of Contraception in Reducing Abortion,” Issues in Brief, 1997: p.4

crianças, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e infantil e elevar os padrões de saúde da mãe e da criança. Considerando o processo de envelhecimento da população da região, maior atenção deveria ser dada à provisão de cuidados domiciliares aos idosos, os quais permitirão que se mantenham participantes ativos na sociedade, respeitando assim sua dignidade e direitos. (Vaticano, *Ethical Implications of a People's Changing Visage*, 1993)

..., o serviço católico da saúde baseia-se em um compromisso de promoção e defesa da dignidade humana; essa é a origem de sua preocupação em respeitar a sacralidade de cada vida humana, do momento da concepção até a morte. O primeiro direito da pessoa humana, o direito à vida, envolve um direito aos meios apropriados para o desenvolvimento da vida tais como cuidados na área de saúde. (Bispos Católicos dos Estados Unidos, *Ethical and Religious Directives for Catholics Health Care Services*, 1994)*

Aborto

Parágrafo 8.25 do Programa de Ação:

De forma alguma o aborto deve ser promovido como método de planejamento familiar. Todos os governos e organizações inter. e não governamentais são convocadas a fortalecer os direitos que garantem a saúde das mulheres, a lidar com o impacto que os abortos realizados em condições desfavoráveis têm na saúde* e a reduzir o recurso ao aborto mediante a expansão e melhoria dos serviços de planejamento familiar. . . As mulheres que têm gravidezes indesejadas deveriam ter acesso imediato à informação confiável e ao aconselhamento. . . Em lugares onde o aborto não é contra a lei, tal aborto deve ser

a igreja católica e a conferência do cairo:

realizado em condições favoráveis e seguras. Em todos os casos, as mulheres deveriam ter acesso a serviços de qualidade para o tratamento das complicações que possam surgir do aborto. Aconselhamento após o aborto, educação e serviços de planejamento familiar deveriam ser oferecidos rapidamente, os quais também ajudarão a impedir outros abortos.

* Aborto realizado em condições desfavoráveis é definido como um procedimento para interromper uma gravidez indesejada por pessoas que não possuem as habilidades necessárias e /ou em um ambiente que não atende a padrões médicos mínimos. - Organização Mundial de Saúde.

A Delegação da Santa Sé sobre o Aborto:

De fato, há uma tendência para se reconhecer internacionalmente o direito ao acesso ao aborto solicitado, sem qualquer restrição, não tendo em conta os direitos do bebê, de uma forma que vai além do que, nesse momento, é infelizmente aceito pelas leis de algumas nações.³⁴

³⁴Declaração a nafs Sadik: p.7.

Apesar de muita discussão sobre a questão do aborto, o Programa de Ação trata do aborto principalmente no parágrafo 8.25, o qual apresenta quatro declarações principais:

- O aborto não deveria ser promovido como um método de planejamento familiar.
- A incidência de aborto deveria ser reduzida por meio do acesso a serviços de planejamento familiar.
- O aborto deveria ser seguro onde está legalizado;
- Onde este procedimento é ilegal, as conseqüências de abortos ilegais e/ou realizados em condições desfavoráveis deveriam ser examinadas.

Durante a Conferência do Cairo, o Vaticano fez objeções a todas, menos à primeira.

O aborto é uma questão social complexa e moral - mães em potencial sabem bem disso. No entanto, a posição do Vaticano sobre o aborto está comprometida por sua indisposição em aceitar os serviços e dispositivos contraceptivos, mesmo que estes reduzam o número de abortos ao diminuir o número de gravidezes indesejadas. Por exemplo, de acordo com o Instituto Alan Guttmacher, dados da Hungria mostram que, em um período de 30 anos, à medida que os contraceptivos se tornaram mais disponíveis, os índices de aborto caíram de mais de 60 para cada 1.000 mulheres, com idade entre 15 e 44 anos nos anos 50, para menos de 40 para cada 1.000 nos anos 80.³⁵ Uma das melhores maneiras para se reduzir o recurso ao aborto é o acesso a uma série de opções contraceptivas eficientes.

³⁵*The Role of Contraception in Reducing Abortion*, p.2-3.

Quando consideramos a oposição do Vaticano ao aborto, ficamos intrigados sobre as razões pelas quais o Vaticano rejeita o aborto seguro onde este procedimento é considerado legal. "Não existe tal coisa chamada aborto "seguro": Seja ele legal ou não, o aborto é letal para a criança e destrutivo para a mãe e a sociedade", declararam os cardeais norte-americanos na Conferência do Cairo.³⁶ Essa recusa do aborto seguro por parte da hierarquia é insensível às realidades que as mulheres enfrentam e ao número de mulheres que morrem, todos os dias, por causa de abortos realizados em condições desfavoráveis.

³⁶*Conferência dos Cardeais Norte-Americanos, Preocupações Expressas ao Presidente Clinton na Conferência do Cairo, 29 de maio de 1994.*

A alternativa ao aborto seguro, para as mulheres do mundo inteiro que recorrem ao aborto, é evidentemente o aborto sem segurança. De novo, é a preocupação da hierarquia com a extinção do aborto no mundo que impede que as questões reais de justiça e saúde para as mulheres sejam devidamente tratadas. Esta posição absolutista deixa de reconhecer a ambigüidade e dúvida que existe em relação à vida fetal e ignora a série de complexidades morais que dizem respeito a essa situação.

a igreja católica e a conferência do cairo:

uma linguagem comum

Embora a legalidade do aborto pareça não ter muita relação com a sua difusão em um país, ela influencia a segurança das condições com as quais o procedimento deve ser aplicado. Aborto ilegal está associado a uma grande incidência de morte materna e seqüelas causadoras de deficiências. Por exemplo, enquanto o México e os Estados Unidos possuem índices semelhantes de aborto, as mortes maternas a cada 100.000 nascimentos, no entanto, são quase dez vezes maiores no México, onde o aborto é ilegal.³⁷

Em países onde o aborto é ilegal, são os pobres que se submetem ao aborto em condições do pior tipo. Em países onde o aborto é legal, os abortos realizados em condições favoráveis e seguras são caros; de novo, as mulheres pobres são as que mais sofrem. A tradição da Igreja de uma opção preferencial pelos pobres tem sido interpretada por muitos católicos como apoio ao aborto seguro e como oposição a abortos realizados em condições desfavoráveis quando melhores opções são disponíveis. É possível opor-se ao aborto sem apoiar procedimentos perigosos; preocupação com a segurança pública não é o mesmo que respaldo moral.

Apesar da desaprovação do Vaticano, a Conferência do Cairo estava certa ao tratar das conseqüências catastróficas para a saúde das mulheres causadas por abortos realizados em condições desfavoráveis. Misericórdia exige que eliminemos a dor quando possível; justiça exige que não abandonemos as mulheres pobres ou as mulheres que precisam de auxílio.

Declarações da Igreja sobre a Opção Preferencial pelos Pobres

Merece também nossa atenção o fato de que, nos países do assim chamado Terceiro Mundo, faltem muitas vezes às famílias quer os meios fundamentais para a

³⁷*The Role of Contraception in Reducing Abortion*, p.4.

sobrevivência, como o alimento, o trabalho, a habitação, os medicamentos, quer as mais elementares liberdades. (João Paulo II, *Familiaris Consortio*, 1981, 6)

A satisfação das necessidades básicas do pobre é a mais alta prioridade. Decisões pessoais, políticas de organizações públicas ou privadas, e relações de poder devem ser avaliadas pelo seus efeitos sobre aqueles que não têm sequer o mínimo em nutrição, moradia, educação e saúde. (Bispos Católicos Norte-Americanos, *Economic Justice for All*, 1986: parágrafo 90)

..., o mandamento bíblico de que se cuide dos pobres exige de nós que o façamos de forma concreta em todos os níveis dos serviços de saúde católicos. Esse mandamento nos prepara para trabalhar e assegurar que o sistema de saúde de nosso país forneça aos pobres serviços adequados na área de saúde. Em instituições católicas, atenção particular deveria ser dada às necessidades dos pobres, dos desprovidos e dos menos favorecidos na área de saúde. (Bispos Católicos Norte-Americanos, *Ethical and Religious Directives for Catholic Health Care Services*, 1994)

Declarações da Igreja sobre Misericórdia

As obras de misericórdia convocam todos os cristãos a que direcionem seus esforços tendo em vista aliviar o sofrimento dos aflitos. As obras de justiça exigem que os cristãos se envolvam na tarefa de corrigir as estruturas e instituições sociais, políticas e econômicas que causam o sofrimento. (Bispos Católicos Norte-Americanos, *Pastoral Letter on Health and Health Care*, 1981)

Os serviços de saúde católicos deveriam estar prontos para oferecer assistência física, psicológica, moral e espiritual solidária àqueles que sofrem do trauma do

Saúde Sexual

Parágrafo 7.2 do Programa de Ação:

Inclui-se também a saúde sexual, cuja proposta é a melhoria de vida e de relações pessoais, e não simplesmente o aconselhamento relacionado à reprodução e doenças sexualmente transmissíveis.

Parágrafo 7.34 do Programa de Ação:

Sexualidade humana e relações de gênero estão estreitamente inter-relacionadas e, juntas, afetam a capacidade de homens e mulheres de alcançar e manter a saúde sexual e administrar suas vidas reprodutivas. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres em questões sexuais e reprodução, incluindo total respeito pela integridade física do corpo humano, exige respeito mútuo e disposição para aceitar a responsabilidade das conseqüências do comportamento sexual. Comportamento sexual responsável, sensibilidade e igualdade nas relações de gênero, particularmente quando instaladas durante os anos de formação, melhoram e promovem parcerias com respeito e harmonia entre homens e mulheres.

Parágrafo 8.31 do Programa de Ação:

Programas para reduzir a proliferação do HIV deveriam dar prioridade às campanhas de informação, educação e

comunicação para despertar a consciência e enfatizar a mudança de comportamento. Deve-se dar educação sexual e informação aos infectados e aos não infectados, especialmente os adolescentes. Agentes de saúde, incluindo aqueles que trabalham com planejamento familiar, precisam de capacitação em aconselhamento em doenças sexualmente transmissíveis e HIV, incluindo a avaliação e identificação de comportamentos de alto risco que necessitam de atenção especial e assistência; de capacitação na promoção de comportamento sexual seguro e responsável, incluindo a abstinência voluntária e o uso de preservativos; de capacitação para que se evite equipamentos e produtos de sangue contaminado e a partilha de seringas entre os que fazem uso de drogas injetáveis

A Delegação da Santa Sé sobre Saúde Sexual:

O parágrafo 7.2 em particular dá a todos os indivíduos um direito de enriquecer suas vidas através de relações sexuais baseadas no apoio e respeito mútuo sem qualquer referência à instituição do casamento. Na verdade, isso reconhece um direito a relações entre pessoas do mesmo sexo.³⁸

³⁸Notas na Versão Final do Documento da ICPD: p.7.

A idéia de sexualidade destacada nesse texto é totalmente individualista, a tal ponto que o casamento agora aparece como algo fora de moda. . . De fato, ao ler esse documento. . . tem-se a perturbadora impressão de que algo está sendo imposto: nomeadamente um estilo de vida típico de certos grupos entre as sociedades desenvolvidas que são materialmente ricas e secularizadas.³⁹

³⁹João Paulo II, Letter to President Clinton, 19 de março de 1994.

A única preocupação do documento parece ser a de afirmar o direito de todos a viver a sexualidade de acordo com seu próprio estilo de vida.⁴⁰

⁴⁰Declaração em Roma: 16.

A Conferência do Cairo reconhece a ligação entre sexualidade e gênero, afirmando que o relacionamento entre parceiros tem profundas conseqüências para a saúde sexual e o comportamento. O Vaticano, em resposta, acusou o Programa de Ação de "promover uma visão individualista e negligente da sexualidade humana, uma compreensão demasiadamente destrutiva da vida em família e da fibra moral da sociedade."⁴¹ No catolicismo, um longa tradição de aversão à sexualidade está enraizada no atual posição do Vaticano sobre reprodução e mulheres. Apesar de tentativas recentes para expurgar essa antipatia histórica, os ensinamentos da Igreja continuam a refletir sua influência.

Até o Vaticano II, o prazer era raramente, quase nunca, ligado ao sexo de forma positiva pela Igreja. Sexo foi, muitas vezes, apresentado como um mal necessário e foi assim descrito por mestres da Igreja como Santo Agostinho. O objetivo do sexo era a procriação, não o prazer ou mesmo o relacionamento. Por mais de mil anos, a Igreja ensinou a superioridade de casamentos sem sexo e encorajou padres casados a rejeitar o sexo com suas esposas e a evitar filhos.

Hoje, a suspeita do Vaticano sobre sexualidade persiste. Parte dessa desconfiança está baseada na amnésia do que concerne a referências bíblicas ao prazer sexual como um valor em si mesmo. Um exemplo proeminente dessa tradição é o Cântico dos Cânticos. No mais franco e erótico de todos os livros bíblicos, celebra-se o prazer sexual entre amantes e esposas. Além disso, uma das imagens mais destacadas do amor de Deus pela família humana em ambos os testamentos é o relacionamento entre o noivo e a noiva. Jesus foi mal interpretado por alguns como sendo hostil ao prazer. Na verdade, Jesus diz muito pouco sobre sexo mas é bastante incomodado pelo poder e o autoritarismo. As suspeitas da Igreja em relação ao prazer sexual e seu julgamento negativo sobre isso não deriva da

⁴¹Conselho dos Bispos Franceses, AIDS: Society in Question, 12 de fevereiro de 1996.

Bíblia. Elas emergem das idéias greco-romanas no segundo e terceiro séculos sobre o prazer e a dor, que afirmam que a mente precisa controlar o corpo e que o prazer e as emoções são menos humanas ou menos aceitáveis que a vida cognitiva.

A sexualidade feminina, em particular, foi e é muitas vezes vista negativamente pela Igreja. As mulheres são culpadas pelos desejos sexuais dos homens e apresentadas como tentadoras. O celibato é protegido, admirado e recompensado com privilégios especiais na Igreja. Santidade é equacionada com abstinência. No Concílio de Trento a Igreja, em seu mais alto grau de autoridade, condenou e censurou qualquer um que ousasse dizer que o celibato não era superior ao casamento.

A visão do Vaticano sobre sexualidade leva a política da Igreja com respeito à saúde sexual a isolá-la das outras formas de saúde física e mental, as quais têm um verdadeiro impacto nas vidas humanas. Esse impacto é ainda mais evidente no tratamento que o Vaticano dá a HIV/AIDS.

Proibir o uso de preservativos quando um parceiro está realmente infectado é uma aplicação irresponsável dos ensinamentos da Igreja com relação à contracepção.

Percebendo a inaplicabilidade das posições do Vaticano sobre os preservativos, os bispos franceses apresentaram em 1996 um documento de 235 páginas sobre AIDS reconhecendo a utilidade dos preservativos para prevenir a proliferação do HIV. O uso de preservativos, os bispos dizem, "pode ser entendido no caso de pessoas cuja atividade sexual é uma parte integrante de seu estilo de vida e cuja (atividade) representa um sério risco."⁴²

Um crescente coro de vozes partindo de recentes ensinamentos oficiais da Igreja, teólogos e leigos, apoiam visões positivas sobre a sexualidade humana. Espiritualidade e sexualidade são vistas hoje como ligadas uma a outra. A celebração de nossos corpos e a sexualidade

⁴²Conselho dos Bispos Franceses, AIDS: Society in Question, 12 de fevereiro de 1996.

nos dão uma consciência espiritual e exprimem o próprio amor. A sexualidade humana é vista como um compromisso individual para com o outro, do contrário essa trai seus conteúdos humanos e virtuosos. A sexualidade, assim como amor, dever ser sensível, gentil, generosa, compassiva e envolvente. O cristianismo insiste em que amemos nosso próximo como a nós mesmos. Espera-se que esse princípio governe nossos relacionamentos sexuais.

Além do mais, algumas vezes, as pessoas precisam viver vidas que não são ideais, diferentes níveis de tolerância, compaixão e flexibilidade. Ao negar as realidades sexuais e reprodutivas e as necessidades das pessoas, a Igreja não pode efetivamente curar vidas.

Declarações da Igreja sobre Saúde Sexual

A comunhão conjugal constitui o fundamento sobre o qual se continua a edificar a mais ampla comunhão da família: dos pais e dos filhos, dos irmãos e das irmãs entre si, dos parentes e de outros familiares.

Tal comunhão radica-se nos laços naturais da carne e do sangue, e desenvolve-se encontrando o seu aperfeiçoamento propriamente humano na instauração e maturação dos laços ainda mais profundos e ricos do espírito: o amor, que anima as relações interpessoais dos diversos membros da família, constitui a força interior que plasma e vivifica a comunhão e a comunidade familiar. (João Paulo II, Familiaris Consortio, 1981, 21)

*A sexualidade humana é boa, parte do dom criado que Deus viu como "muito bom" quando criou a pessoa humana à sua imagem e semelhança e... "macho e fêmea. . . os criou. . ." (Gênesis.1:27). (Conselho Pontifício para a Família, The Truth and Meaning of Human Sexuality, 1996)**

Parágrafo 7.3 do Programa de Ação

... Como parte de seu compromisso, total atenção deveria ser dada à promoção do respeito mútuo e igualdade entre os sexos e, em particular, com o objetivo de satisfazer as necessidades educacionais dos adolescentes para capacitá-los a lidar de forma positiva e responsável com a sua sexualidade.

Parágrafo 7.7 do Programa de Ação

Programas de saúde reprodutiva deveriam ser elaborados para servir às necessidades das mulheres, incluindo as adolescentes e devem envolver mulheres que estão na liderança, planejamento, administração, instância de decisão, implementação, organização e avaliação de serviços.

Parágrafo 7.45 do Programa de Ação

Reconhecendo os direitos, deveres e responsabilidades dos pais e de outras pessoas legalmente responsáveis pelos adolescentes de, providenciar, de maneira coerente com as capacidades dos adolescentes, instrução e orientação apropriadas nas questões que envolvem a sexualidade e reprodução, os países deveriam assegurar que os programas e atitudes dos que trabalham com saúde não limitem o acesso dos adolescentes à informação de que necessitam, inclusive informação sobre doenças sexualmente transmissíveis e abuso sexual.

A Delegação da Santa Sé sobre Educação Sexual para Adolescentes:

... a filosofia individualista da Conferência é percebida

nas tentativas de estender a disponibilidade de todos os serviços na área de saúde e planejamento familiar aos adolescentes e crianças, e garantir absoluto sigilo aos jovens, acreditando que a "atividade sexual" não é simplesmente um fato mas quase um direito pessoal ou individual de todos os jovens.⁴³

Durante a Conferência do Cairo, o Vaticano acusou o Programa de Ação de aceitar "quase que como um direito irrestrito, que cada indivíduo, incluindo adolescentes muito jovens possam ser sexualmente ativos."⁴⁴ Na verdade, o Programa de Ação faz um balanço das necessidades dos adolescentes de acesso aos serviços de informação sobre sexualidade e reprodução com os direitos e deveres de pais e outros adultos de fornecer orientação necessária para o amadurecimento dos jovens. O Programa de Ação convocou as sociedades a promoverem relações de respeito mútuo e igualitárias e a providenciar educação e assistência com o objetivo de lidar com a sexualidade de forma positiva e responsável.

Instrução no campo da sexualidade deve, é claro, ser adequada à idade e condição das pessoas a serem instruídas. A intenção não deve ser apenas dar informação mas formar consciências responsáveis e sensíveis às vidas de outros.

Paralelamente à dificuldade do Vaticano em aceitar as mulheres como agentes morais, há apenas apoio parcial à educação sexual para adolescentes nos ensinamentos da Igreja Católica. Quando o dever de educar os adolescentes é mencionado, esse recai sobre os pais.

Muito conhecimento oferecido cedo demais, informação sexual dada sem orientação adequada, e contraceptivos à disposição são motivos de preocupação para o Vaticano, pois são vistos como tácito respaldo ao comportamento sexual irresponsável. Essas opiniões poderiam ter sido expostas claramente sem desencorajar os benefícios da educação sexual. Os adolescentes lidam com questões da

⁴³Conferência do Cairo: p.5.

⁴⁴Declaração no início da 3ª sessão do PrepCom:7.

sexualidade todos os dias. A política da Igreja de abstinência antes do casamento não trata das realidades das vidas dos adolescentes, nem respeita sua capacidade de tomar decisões significativas sobre sua sexualidade. A abstinência deveria ser encorajada, mas não sem informação sobre as alternativas, mesmo se elas não sejam ideais.

Enquanto a Conferência do Cairo preocupou-se com o possível e o prático, o Vaticano insistiu em imperativos abstratos morais, os quais levaram uma vez mais a obstáculos para o consenso da comunidade global.

Declarações da Igreja sobre os Adolescentes e Educação Sexual

A educação para o amor como dom de si constitui também a premissa indispensável para os pais chamados a oferecer aos filhos uma clara e delicada educação sexual. Diante de uma cultura que "banaliza" em grande parte a sexualidade humana, porque a interpreta e a vive de maneira limitada e empobrecida ligando-a unicamente ao corpo e ao prazer egoístico, o serviço educativo dos pais deve dirigir-se com firmeza para uma cultura sexual que seja verdadeira e plenamente pessoal. A sexualidade, de fato, é uma riqueza de toda a pessoa - corpo, sentimento e alma - e manifesta o seu significado íntimo ao levar a pessoa ao dom de si no amor. (João Paulo II, Familiaris Consortio, 1981, 37)

*Iniciando com as alterações que seus filhos e filhas experimentam em seus corpos, os pais são, por isso, levados a dar explicações mais detalhadas sobre sexualidade (em uma contínua relação de confiança e amizade). . . (Conselho Pontifício para a Família, The truth and Meaning of Human Sexuality, 1996)**

Dever-se-ia ensinar as crianças, adolescentes e jovens a como ter uma saudável relação com Deus, pais, irmãos e

irmãs, colegas do mesmo sexo ou do sexo oposto e adultos.
(Conselho Pontifício para a Família, *The Truth and
Meaning of Human Sexuality*, 1996)

Definindo Família

Princípio:

Princípio 9 do Programa de Ação:

A família é a unidade básica da sociedade e como tal deveria ser fortalecida. Esta tem o direito de receber extensa proteção e apoio. Em diferentes sistemas culturais, políticos e sociais, existem várias formas de família. O casamento deve ser de livre consentimento dos esposos e marido e mulher deveriam ser parceiros igualitários.

Delegação da Santa Sé sobre Família

O documento é confuso no que diz respeito à família e não consegue promover o apoio à unidade familiar. Faz-se constante referência à "família em todas as suas formas", uma fórmula que reconheceria uniões livres, casais homossexuais, etc. equiparados à família.

Enquanto em certos momentos refere-se à família como "a unidade básica da sociedade (Declaração Universal dos Direitos Humanos, nº 16), há também várias referências à "família em todas as suas formas, como uma unidade básica da sociedade", distorcendo, assim, o reconhecimento especial que a família merece.⁴⁵

⁴⁵Notas na Versão Final do Documento da ICPD: p.2.

Ação:

Parágrafo 5.1 do Programa de Ação

Enquanto existem vários tipos de família em diferentes

a igreja católica e a
conferência do Cairo:

uma linguagem comum

sistemas sociais, culturais, legais e políticos, a família é a unidade básica da sociedade e como tal tem o direito de receber total proteção e apoio. . . Noções tradicionais de gênero, fundadas na divisão das funções domésticas e na participação na força de trabalho remunerado, não refletem as atuais realidades e aspirações, à medida que mais e mais mulheres, em todas as partes do mundo, assumem trabalho remunerado fora do lar.

A Delegação da Santa Sé sobre a Definição de Família

Esse capítulo faz referência à 'diversidade de formas de família', 'pluralidade das formas familiares' e 'casamento e uniões', uma linguagem que tende a colocar a família no mesmo nível de outras formas de coabitação não baseadas no casamento entre uma mulher e um homem. . . Ao recomendar que os governos desenvolvam políticas de apoio à "pluralidade dos tipos de família" (5,2) o documento enfraquece as políticas atuais que tratam da questão da família em muitas nações, onde estas foram estabelecidas com uma compreensão definitiva da unidade familiar e com objetivos específicos para o apoio à família. Nem todas as formas alternativas de família podem ou necessariamente deveriam ser qualificadas como uma unidade familiar.⁴⁶

Durante a Conferência do Cairo, o Papa João Paulo II disse aos peregrinos na cidade do Vaticano que as Nações Unidas estavam tentando destruir as famílias: "Estou voltando ao Vaticano para combater um projeto preparado pelas Nações Unidas que quer destruir a família."⁴⁷ Apesar da caracterização precipitada da Conferência do Cairo feita pelo Papa, o Programa de Ação claramente apoia as famílias de maneira significativa.

O Princípio 9 nomeia a família como a unidade básica da sociedade e pede proteção a esta unidade. O *Catecismo da Igreja Católica* refere-se à família como a "igreja

⁴⁶Notas na versão Final do Documento da ICPD: p.2.

⁴⁷Philip William, UPI, 17 de Abril de 1994.

doméstica”, uma “comunidade privilegiada”, e “ a célula originária da vida social”.⁴⁸ De fato, a sociedade é sempre mais estável quando as famílias sentem-se seguras e quando os governos nelas investem os seus recursos. Mas enquanto o Vaticano e o Programa de Ação concordam ao afirmar que a família é importante, suas definições sobre o que é família diferem.

Cairo reconhece o amplo espectro de famílias, refletindo a realidade global das diversas estruturas familiares. Em contraste, o Vaticano tem objeções em relação à diversa caracterização das estruturas familiares no Programa de Ação temendo que essa diversidade seja uma ameaça ao sistema patriarcal que a Igreja tem apoiado e encorajado através de vinte séculos. Ao utilizar a palavra “famílias” ao invés de “família”, a delegação da Santa Sé acreditava que a Conferência do Cairo estabeleceria “ a premissa que reconheceria todas as uniões livres, casais homossexuais, etc. como iguais à família ”⁴⁹ Concebendo a “família real”⁵⁰ apenas como um marido, uma esposa e filhos(as), o Vaticano fez campanha para incluir uma linguagem que desse proteção especial a essa configuração de família e no final inclui uma reserva oficial ao uso dos termos “casais e indivíduos.”

Na verdade, a diversidade familiar existe através da história humana e bíblica. A diversidade nem sempre foi admirável, mas existiu desde o princípio. Nos tempos bíblicos, havia várias perspectivas de família, nenhuma das quais corresponde diretamente ao moderno núcleo familiar. No Antigo Testamento, o patriarcalismo prevaleceu bem como a poligamia, os homens podiam ter concubinas, e as esposas podiam ser abandonadas por razões triviais. Em Mateus 19, Jesus rejeita com firmeza esse modelo patriarcal, especialmente quando isso permite ao homem divorciar-se de uma mulher porque ela é uma propriedade e ele proíbe a mulher de divorciar-se do homem pela mesma razão.

⁴⁸Catecismo da Igreja Católica: 2204-2207.

⁴⁹Notas na Versão Final do Documento da ICPD: p.2

⁵⁰Gravissimum Educationis Momentum: 3.

A estrutura familiar não é estabelecida pela natureza mas reflete a cultura e economia na qual está inserida. Um núcleo familiar dominado pelo homem, que consiste de um marido trabalhador, uma esposa que trabalha em casa e várias crianças totalmente dependentes, é um desenvolvimento relativamente recente na história. Cairo, ao sugerir que a diversidade reflita as realidades e aspirações atuais, está declarando algo verdadeiro. Temendo que o Programa de Ação seria interpretado como um reconhecimento do casamento de pessoas do mesmo sexo, o Vaticano não reconheceu que a tradição católica apoia e afirma as diversas formas familiares tais como as famílias extensas, famílias multigeracionais, famílias sem filhos(as) e outras formas de vida familiar que incorporam amor e aceitação.

Alguns observam que nem sempre a Santa Sé age de acordo com a sua retórica. Casamentos foram dissolvidos no passado para que um dos parceiros pudesse ter uma vida religiosa formal. Anulações são concedidas hoje a um dos parceiros por motivo da recusa constante por parte do outro. Apesar de a Santa Sé falar muito bem a respeito do casamento, ainda insiste em dizer que o celibato é um estado de vida superior. A Santa Sé pune os padres que se casam mediante sua exclusão do ministério; esta não permite, por questões óbvias, que pessoas casadas sejam ordenadas.

Declarações da Igreja sobre Definição de Família

... A família, na qual convivem várias gerações que se ajudam mutuamente em adquirir maior sabedoria e em harmonizar os direitos pessoais com as outras exigências sociais, constitui o fundamento da sociedade.(Concílio Vaticano II, Gaudium et Spes, 1965, 52)

Mas o homem só é homem quando integrado em seu meio social, onde a família desempenha um papel de primeira ordem. Este foi, por vezes, excessivo, em certas épocas e regiões, quando exercido à custa de liberdades fundamentais da pessoa. Os antigos quadros sociais dos países em via de desenvolvimento, muitas vezes demasiado rígidos e mal organizados, são ainda necessários por algum tempo, embora devam ir diminuindo o que têm de influência exagerada. Porém, a família natural, monogâmica e estável, tal como o desígnio de Deus a concebeu e o cristianismo a santificou, deve continuar a ser esse "lugar de encontro de várias gerações que reciprocamente se ajudam a alcançar uma sabedoria mais plena e a conciliar os direitos pessoais com as outras exigências da vida social. (Paulo VI, *Populorum Progressio*, 1967, 36)

Uma vez que o desígnio de Deus sobre o matrimônio e sobre a família visa ao homem e à mulher no concreto da sua existência quotidiana, em determinadas situações sociais e culturais, a Igreja, para cumprir a sua missão, deve esforçar-se por conhecer as situações em que o matrimônio e a família se encontram hoje. (João Paulo II, *Familiaris Consortio*, 1981, 4.)

Deus sustenta pais e mães solteiras com um amor especial e os convoca a aceitar a tarefa com a mesma generosidade e sensibilidade com a qual eles amam e cuidam de seus filhos e filhas em outras áreas da vida familiar. (Conselho Pontifício para a Família, *The Truth and Meaning of Human Sexuality*, 1996)

The first part of the document discusses the general principles of the law, and the second part discusses the specific provisions of the act. The act is designed to provide for the better regulation of the trade and commerce of the country, and to promote the interests of the people. The act is divided into several sections, and each section deals with a different aspect of the trade and commerce. The first section deals with the regulation of the trade and commerce of the country, and the second section deals with the promotion of the interests of the people. The act is a comprehensive one, and it covers a wide range of subjects. It is a landmark piece of legislation, and it has had a profound impact on the country. The act is a testament to the wisdom and foresight of the lawmakers, and it is a source of pride for the people. The act is a shining example of the power of the law, and it is a testament to the strength of the government. The act is a source of inspiration for the people, and it is a testament to the greatness of the nation. The act is a shining example of the power of the law, and it is a testament to the strength of the government. The act is a source of inspiration for the people, and it is a testament to the greatness of the nation.

Reflexão: consciência e consenso

O Catolicismo possui um profundo senso de que as regras não são rígidas, apesar de dar a impressão contrária. Parte disso vem da resistência à lei, no Novo Testamento; parte vem da dinâmica do direito canônico, sempre pronto a introduzir exceções no sistema; parte, enfim, vem de um forte investimento em perdão e reconciliação. Tudo isso protege o ensinamento e a prática da Igreja de grande parte da rigidez do fundamentalismo e do literalismo bíblico.

Uma das marcas principais do ensinamento moral da Igreja Católica tem sido sua capacidade para a nuance. A tradição católica fala vigorosamente sobre princípios no espaço público, mas estimula a liberdade na prática pastoral. Para ter uma boa visão do todo o ensinamento católico, é necessário considerar não apenas a articulação do princípio mas também como o princípio é vivido na prática.

Um caso típico pode ser a rejeição à contracepção artificial pela encíclica *Humanae Vitae*. Quando o documento foi publicado, trinta anos atrás, o Vaticano deixou claro que ele não era infalível. Por isso, ele está sujeito a questões. A resposta católica definitiva a essa questão inclui as declarações das hierarquias das Igrejas nacionais de todo o mundo, muitas das quais deixam a decisão para a consciência do casal. Os bispos norte-americanos declararam que na questão da contracepção, um casal pode ser confrontado a uma série de imperativos: a necessidade de seguir os ensinamentos da Igreja; de limitar o tamanho da família e da expressão sexual no casamento. A solução desse dilema, acrescentam os bispos, deveria ser deixada à consciência do casal.⁵¹

⁵¹Para maiores informações sobre a resposta dos bispos à *Humanae Vitae* ver o livro de Philip Kaufman, "Birth Control: A 'Teaching' Not received," *Why You Can Disagree, Indiana: Meyer-Stone Books, 1989*:p.71-84.

Para os católicos, a consciência é sempre a corte de última instância em questões morais. De acordo com o *Catecismo da Igreja Católica*, "o ser humano deve obedecer sempre ao julgamento certo de sua consciência."⁵² Apesar de a Igreja oficial procurar qualificar a consciência como "informada" ou "certa", isso no entanto não impede que uma ação objetivamente errônea seja considerada uma virtude desde que aqueles que a executam a considerem, por sua consciência, que agem corretamente. Um dos mais influentes pensadores cristãos, Santo Tomás de Aquino, disse que seria melhor ser excomungado que agir de maneira contrária à consciência.⁵³

⁵²Catecismo da Igreja Católica; 1800.

⁵³Como citado em T.O'Connell, *Principles for a Catholic Morality, Crossroad, 1978/1990, 8.*

Sendo essa a tradição, por que a Igreja oficial quase sempre torna-se tão rígida e ideológica? Mais especificamente, por que flexibilidade e consenso foram tão difíceis para o Vaticano durante a Conferência do Cairo?

Ao ler os vários documentos oficiais citados na Segunda Parte, nós nos surpreendemos com a impressionante retórica da Igreja e como isso muitas vezes ecoa o consenso global. Não há razão para concluir que a retórica não seja genuína e que não nasça da crença profunda naquilo que é dito.

No entanto, as conseqüências e prática que a comunidade mundial espera ver derivadas de tal retórica não acontecem na Igreja Católica. As poderosas declarações sobre igualdade das mulheres são difíceis de conciliar com a marginalização das mulheres nas instâncias decisórias da Igreja Católica e sua ausência nos setores de importância fundamental no Vaticano e, é claro, no ministério. As estridentes palavras sobre a importância de os pais - e não o Estado - determinarem o número de seus filhos bem como o apelo aos pais para que sigam suas consciências ao fazê-lo não se encaixam facilmente dentro da postura de rejeição, por parte da Igreja oficial, do número assustador de pais que acreditam na contracepção como escolha moral na estruturação de suas

a igreja católica e a conferência do cairo:

uma linguagem comum

famílias. As declarações sobre o caráter sagrado e sacramental do amor sexual são incoerentes com a negação do amor sexual aos líderes religiosos.

Essa incoerência ocorre, acreditamos, porque o Vaticano não tem tido disposição para admitir que às vezes comete erros, que às vezes tem sido mal-conduzido e que uma mudança substancial no sistema é possível. O Vaticano e a Igreja Católica têm muito poder e recursos. Admitir erros cometidos de boa fé no passado não desestabilizará a credibilidade de tal instituição. A disposição para reconhecer, além disso, que o mundo tem a sua própria sabedoria moral de proporções impressionantes, de forma alguma faz da Igreja Católica uma participante menos desejada no diálogo global.

A moralidade pode, às vezes, tornar-se instrumento de programa político em vez de princípio de direitos e verdade. Normas sexuais podem ser formuladas não para iluminar o conteúdo ético das escolhas que as pessoas fazem mas para legitimar a recusa ou restrição da humanidade àqueles que desafiam a convenção. Sancionar a tortura na eliminação heresia significa consagrar as exigências sufocantes da ortodoxia. Proibir toda e qualquer atividade sexual aos homossexuais significa promover apenas as causas e valores do heterossexualismo. Negar toda e qualquer forma de contracepção é insistir em que o prazer e o relacionamento devem estar sempre subordinados à reprodução. Tudo isso foi ensinado pelo Vaticano.

O Vaticano declara que o acesso ao aborto, à contracepção ou ao uso de preservativos nunca é permitido. Essas posições são firmemente mantidas e não se admitem exceções. Portanto, o aborto não é permitido mesmo em casos de incesto, estupro e séria deformação do feto ou risco à vida da mãe.

A contracepção é proibida mesmo às mulheres que tiveram muitos filhos e que um outro colocaria em risco a saúde ou a vida de ambos. O uso do preservativo é

condenado mesmo quando pode salvar o parceiro da contaminação pela AIDS. A reprodução assistida é rejeitada mesmo para corrigir um defeito biológico. No Cairo, tais posições dominaram a diplomacia do Vaticano e influenciaram todas as outras formas do ensinamento e discurso da Igreja.

A comunidade católica em sua maioria e, mais ainda, a comunidade pastoral e teológica assumem posições diferentes em todas essas questões. Percebe-se uma distância substancial entre comportamento e crenças dos católicos, na prática pastoral dos padres e nos ensinamentos e análise dos teólogos católicos.

A posição do Vaticano no Cairo refletiu muito mais o pensamento e a tradição papais do que necessariamente o pensamento e a tradição católicas. Sua posição foi estreita em vez de abrangente, diplomática em vez de educativa, política em vez de moralmente conscienciosa. A delegação da Santa Sé buscou trazer o documento do Cairo o mais próximo possível do pensamento do Papa sem esperar aprovação da comunidade mundial, e ainda assim o Vaticano estava ao mesmo tempo convencido de que validaria o documento mesmo se este não recebesse total aprovação. Essa postura não reflete a flexibilidade que existe na tradição católica.

O Vaticano expressou várias vezes, no Cairo, sua preocupação de que o resto do mundo não afirma uma profunda ética de vida, reprodução, sexualidade e família. A comunidade global estava ciente de que enfrenta decisões de vida ou morte pelos seus povos com respeito a aborto, contracepção, HIV/AIDS e educação sexual. O Vaticano, apesar de ser um estado soberano, está imune a essas preocupações por causa do caráter de sua população e objetivo de sua existência. Ciente deste dilema, no Cairo o Vaticano poderia ter sido aberto e flexível quanto à aplicação de seus princípios junto aos governos do mundo uma vez que estes enfrentam realidades concretas e sistemas de crença e ética diversos.

Ainda há uma razão para esperança. A história apresenta exemplos de flexibilidade e crescimento da Igreja, bem como de ensinamentos católicos motivados por valores globais. Mudanças significativas já ocorreram.

Por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmou, em 1948, que homens e mulheres tinham o direito de contrair casamento e constituir família e de que sem dúvida tinham direitos iguais ao contrair ou dissolver o casamento. Houve certa tensão entre a comunidade mundial e a Igreja Católica na questão do divórcio. Ainda naquela época, como agora, havia uma base para o diálogo. O artigo 16 da Declaração utiliza a linguagem presente em documentos católicos que dizem que “a família é a base natural e fundamental” da sociedade e que esta tem “o direito à proteção pela sociedade e o Estado.”

Nos últimos cinquenta anos, católicos - e às vezes a Igreja Oficial também - têm-se aproximado da posição das Nações Unidas. Em 1948, por exemplo, a Igreja ensinou que o celibato era superior ao casamento e pediu que muitos desistissem de seu direito de contrair casamento e constituir família. Em 1948, católicos responderam favoravelmente; mas agora não mais o fazem. Cinquenta anos atrás, nenhum casamento católico foi oficialmente dissolvido; agora, anulações são freqüentes e muitos católicos divorciam-se e casam novamente sem anulação.

Uma abertura para a ética e os direitos sexuais e reprodutivos está ganhando espaço na Igreja Católica. Apesar da veemente oposição do Vaticano, católicos em diversos países são a favor do aborto legal, contracepção e direitos civis para os homossexuais, algo impensável cinquenta anos atrás. Católicos apóiam opções legais mesmo quando não estão convencidos de que as pessoas tenham autoridade moral para exercê-las de maneira apropriada.

No Cairo, é relevante destacar que, apesar de o Vaticano ter sido muito atuante e ter tido uma participação engajada, sua posição em relação à sexualidade e à reprodução não prevaleceu. Esse fato foi educativo para o Vaticano e o mundo. No grande diálogo humano, algumas vezes a Igreja ensina o mundo (como o Vaticano tem feito de forma extraordinária em relação à coerção, auto-indulgência e ao caráter sagrado da experiência sexual e dos compromissos maritais), e às vezes o mundo ensina a Igreja (como a Conferência do Cairo e as Nações Unidas estão fazendo em relação aos Direitos Humanos, Direitos Humanos das Mulheres e direitos sexuais e reprodutivos).

A Igreja é sempre menos que a verdade que proclama. Ela não controla essa verdade mas a serve e procura por ela. Em algumas ocasiões a Igreja avança por causa de sua reflexão sobre sua própria tradição; muitas vezes ela cresce, pois ouve e aprende com o mundo. A Reforma e o Iluminismo não apenas beneficiaram a comunidade global como também enriqueceram a Igreja.

Um dos resultados mais encorajadores da Conferência do Cairo é a consciência de como as Nações Unidas ouviram a Igreja e respeitaram sua voz (vimos isso especialmente na Parte 1). Agora é o momento de a Igreja ouvir a comunidade mundial quando fala com responsabilidade e consenso (vimos isso especialmente na Parte 2). Quando a Igreja possui a verdade, é sempre uma verdade que de certa forma o mundo possui. O Criador não ama e ilumina apenas uns poucos e abandona todos os outros à sua própria sorte. Por isso, a humildade é sempre atual e a esperança é sempre justificada.



Impresso por

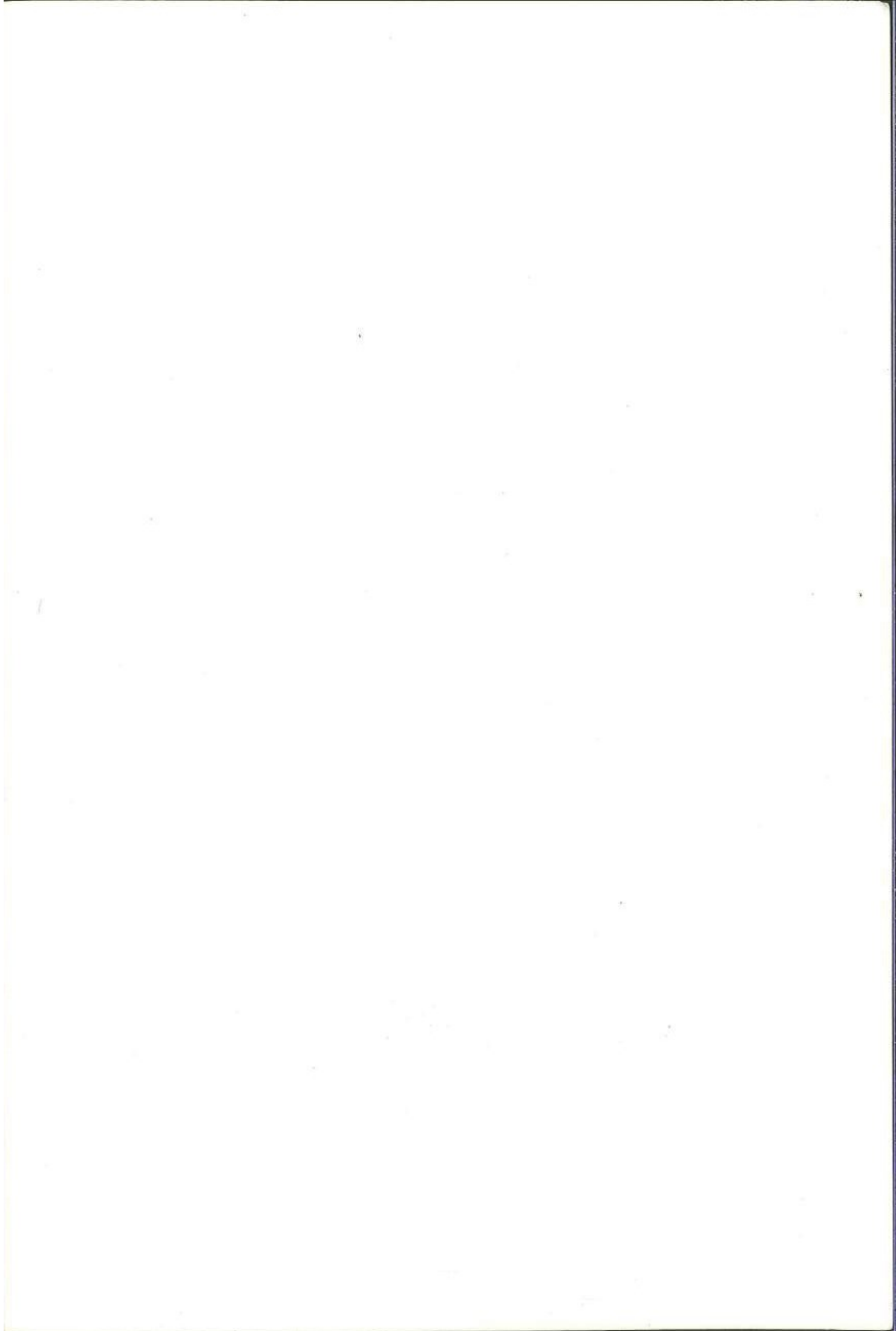


Editora Gráfica Bernardi Ltda

Tel/Fax: (11) 6422-6459 / (11) 6422-7248

E-mail: egb@egb.com.br

www.egb.com.br



Catholic Voices (Vozes Católicas)

Catholic Voices (Vozes Católicas), uma iniciativa de Catholic for a Free Choice, é um Fórum internacional sobre questões que envolvem população e desenvolvimento. O Fórum propicia um espaço para líderes católicos refletirem, pesquisarem e participarem em discussões nacionais e internacionais relacionadas aos direitos humanos das mulheres, sexualidade e saúde reprodutiva. Com especial atenção dedicada a valores e ética de tradição católica, Catholic Voices apoia políticas públicas e acordos que tratam dessas questões na promoção de justiça social, respeito à dignidade humana e honra aos direitos à consciência individual.

Participantes

Marta Alanís, <i>Argentina</i>	Paloma Alfonso, <i>Espanha</i>
Sheila Briggs, <i>Estados Unidos</i>	Dina Cornick, <i>África do Sul</i>
Elfriede Harth, <i>França</i>	Teresia Hing, <i>Quênia</i>
Frances Kissling, <i>Estados Unidos</i>	Tereza Lanza Monje, <i>Bolívia</i>
Joanna Manning, <i>Canadá</i>	Maria Consuelo Mejía, <i>México</i>
Philomena Mwaura, <i>Quênia</i>	Marysa Navarro-Aranguren, <i>Estados Unidos</i>
Anthony Padovano, <i>Estados Unidos</i>	Isaac Wüst, <i>Holanda</i>
Valerie Stroud, <i>Reino Unido</i>	Rosemary Radford Ruether, <i>Estados Unidos</i>
Maria José F. Rosado Nunes, <i>Brasil</i>	

O desenvolvimento desse documento de debate não teria sido possível sem as contribuições de muitas(os) colegas. Em especial, Catholic Voices gostaria de agradecer Anthony Padovano, teólogo católico, autor e palestrante internacional, por seu apoio técnico e contribuição. Gostaríamos de agradecer também Christine Gudorf, professora de Ética Cristã na Florida International University; Rosemary Radford Ruether, professora na Georgia Harkness; Garrett-Evangelical; Teresia Hinga, professora de Ética Cristã no Union Theological Seminary; e Maria Consuelo Mejía, Diretora das Católicas pelo Direito de Decidir no México. Suas cuidadosas contribuições foram de grande ajuda em modelar o conteúdo e a linguagem desse documento. A responsabilidade final, no entanto, das afirmações e opiniões expressas aqui são de Catholic Voices.



católicas pelo
direito de decidir